

AS CAPITAIS BRASILEIRAS PELO CLIMA

O caso do Fórum CB27

Ana Carolina Abreu



AS CAPITAIS BRASILEIRAS PELO CLIMA: O caso do FÓRUM CB27*



Ana Carolina Abreu

é internacionalista pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e mestranda em Práticas em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Foi Coordenadora do Grupo de Trabalho de Cidades Sustentáveis do Engajamundo entre 2016 e 2018. Desde então, apoiou a implementação de projetos em

educação política, relações internacionais e sustentabilidade na Fundação Konrad Adenauer no Brasil (KAS Brasil). Atualmente, é Coordenadora de Projetos de Descentralização e Desenvolvimento Sustentável da KAS Brasil. Suas áreas de pesquisa são política ambiental, cidades sustentáveis, paradiplomacia e cooperação internacional.

Fundação Konrad Adenauer no Brasil

Diretora Anja Czymmek

Autora Ana Carolina Medeiros Simões de Abreu
(e-mail: ana.abreu@kas.de)

Projeto gráfico Daniela Knorr

Capa Walkerssk por Pixabay

** Artigo publicado originalmente na Revista Trabajos de Investigación en Paradiplomacia - Edição N° 7*

Fundação Konrad Adenauer
Rua Guilhermina Guinle, 163 • Botafogo
CEP: 22270-060 • Rio de Janeiro, RJ • Brasil
Tel: (+55/21) 2220-5441 • Fax: (+55/21) 2220-5448

www.kas.de/brasil

KAS.brasil KASBrasil KASBrasil

RESUMO:

O axioma “pensar global, agir local” nunca esteve tão em evidência para as cidades brasileiras como atualmente. Num contexto em que se intensifica a emergência global para uma governança climática e ambiental, observa-se uma falta de atuação assertiva por parte governo federal brasileiro. Dessa forma, os entes subnacionais brasileiros desfrutam de uma oportunidade inédita para liderar a concretização das agendas internacionais para a

sustentabilidade e, concomitantemente, alavancar seu desenvolvimento. Diante desse cenário, a partir da literatura sobre o fenômeno da paradiplomacia no Brasil e sobre a governança climática multinível, o presente artigo tem como objetivo analisar mais profundamente o caso do Fórum de Secretários de Meio Ambiente das Capitais Brasileiras - CB27 como um catalisador da implementação da principal agenda sobre clima atualmente, o Acordo de Paris.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão ambiental; ação climática local; cooperação.

ABSTRACT:

The axiom “think global, act local” has never been so in evidence for the Brazilian cities such as today. In a context that the global emergency intensifies for environmental and climate governance, it is observed a lack of blunt action from the Brazilian federal government. Therefore, the Brazilian subnational entities enjoy an unprecedented opportunity to be leading figures on international agendas consolidation. Moreover, it is an

opportunity to leverage their development. Given this scenario, from the literature about the paradiplomacy phenomenon in Brazil and the multilevel climate governance, the present article has the goal to analyze more deeply the case of the Forum of the Secretaries of the Environment of Brazilian Capital Cities - CB27 as an implementation catalyst of the current main agenda about climate, the Paris Agreement.

KEYWORDS: Environmental management; local climate action; cooperation.

RESUMEN:

El axioma “pensar globalmente, actuar localmente” jamás se ha puesto tan evidente en las ciudades brasileñas como en la actualidad. En el marco en el que se profundiza la emergencia global para la gobernanza climática y ambiental, hacen falta acciones asertivas del gobierno nacional en Brasil. Así que las entidades subnacionales brasileñas disfrutan la oportunidad sin precedentes de protagonismo en el desarrollo de agendas internacionales de

sostenibilidad; y concomitantemente de impulsar su progreso. Ante este escenario, desde la literatura sobre el fenómeno de la paradiplomacia en Brasil y la gobernanza climática multinivel, el presente artículo tiene como objetivo analizar en profundidad el caso del Foro de Secretarios de Medio Ambiente de las Capitales Brasileñas (CB27) como catalizador para el despliegue de la principal agenda climática de la actualidad, el Acuerdo de París.

PALABRAS CLAVE: Gestión ambiental; acción climática local; cooperación.

Sumário

Introdução	4
Governança Multinível das Mudanças Climáticas	5
Paradiplomacia brasileira: um meio para o protagonismo climático	7
Fórum CB27	9
O impacto do Fórum CB27	16
Conclusão	17
Bibliografia	18
Anexo 1: Pesquisa documental	A1

Introdução

Apesar dos sintomas da degradação ambiental possam ser sentidos em qualquer parte do globo, como as **mudanças climáticas**, a restauração da relação humanidade-natureza acontecerá somente no nível local. Especialmente em termos de combate às mudanças climáticas, as cidades são de particular interesse e relevância para o sucesso do Acordo de Paris, atualmente, a principal agenda global sobre clima. São nelas que ocorrem grande parte das atividades emissoras de gases de efeito estufa (GEEs), bem como onde os impactos decorrentes das alterações climáticas serão mais severos. Por essa mesma razão, os governos locais são atores que possuem enorme poder de mudança em políticas e práticas estratégicas para a mitigação e adaptação aos efeitos dessas alterações (MACEDO, 2017). Portanto, apesar da importância evidente dos governos nacionais, entidades subnacionais devem ser reconhecidas como vetores de mudanças disruptivas, tão necessárias para a governança do clima. Problemas globais demandam soluções locais.

As cidades brasileiras, através da cooperação internacional descentralizada, especificamente participando em redes transnacionais de cidades, vêm seguindo uma tendência global de articulação para



18ª edição do Fórum Nacional dos Secretários de Meio Ambiente das capitais brasileiras, com o apoio da Fundação Konrad Adenauer Brasil e do ICLEI América do Sul.

atender aos desafios ambientais e climáticos (BARBI & MACEDO, 2019). Ao mesmo tempo, num contexto em que se intensifica a emergência global para uma governança climática e ambiental, observa-se uma falta de atuação assertiva por parte do governo federal brasileiro. Dessa forma, os entes subnacionais brasileiros desfrutam de uma oportunidade inédita para liderar a concretização das agendas internacionais para a sustentabilidade. E ainda, alavancar seu desenvolvimento.

Diante desse cenário, a partir da literatura da governança climática global e do fenômeno da paradiplomacia no Brasil, o presente artigo tem como objetivo analisar mais profundamente o caso do

Fórum de Secretários de Meio Ambiente das Capitais Brasileiras - CB27 (Fórum CB27) como um ator da governança climática global e um catalisador da implementação do Acordo de Paris. O Fórum CB27 reúne os dirigentes das pastas responsáveis pelo meio ambiente nas prefeituras das 26 capitais brasileiras e no governo do Distrito Federal e tem por objetivo “o fortalecimento e ação coordenada das secretarias de meio ambiente, intercâmbio de experiências em sustentabilidade urbana e avanço em agendas ambientais” (Fórum de Secretários de Meio Ambiente das Capitais Brasileiras [CB27], s.d., on-line). Consequentemente, as questões que emergem são: em que medida o fórum influencia a elaboração e execução de ações

climáticas locais? Nesse sentido, o fórum participa efetivamente da governança global do clima e contribui para a implementação do Acordo de Paris? Para responder a essas questões, será analisado o quadro institucional e atividades do fórum através de pesquisa documental dos documentos oficiais produzidos pelo CB27, como atas de reuniões e encontros, cartas de posicionamento e publicações.

Através da análise dos documentos supracitados, será verificado o impacto do CB27 na implementação de ações locais para a proteção do clima sob cinco fatores que, de acordo com Bulkeley e Betsill (2003), determinam as oportunidades e restrições para essa atuação em grupo: 1) a presença de um indivíduo comprometido com o tema que possua um suporte institucional; 2) disponibilidade e acesso a fundos de investimentos em iniciativas sustentáveis/climáticas; 3) autonomia e poder para influenciar setores críticos para a mudança do clima (como energia, transporte e uso da terra); 4) a maneira que a problemática é colocada para os atores (como é definida e entendida); e 5) vontade política de agir. A expectativa é que se verifique que o fórum é uma rede que, efetivamente, apoia a implementação de políticas climáticas locais e, em última instância, contribui para a implementação do Acordo de Paris.

Governança Multinível das Mudanças Climáticas

Primeiramente, é importante definir o que é mudança do clima e como a questão tem sido endereçada. De acordo com Bulkeley e Betsill (2003):

Mudança climática (também conhecida como 'aquecimento global') refere-se a um aumento na temperatura média anual da superfície da atmosfera terrestre, devido ao aumento nas concentrações atmosféricas de gases de efeito estufa, como dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), CFCs e óxido nitroso (N₂O). [...] O IPCC relata que a temperatura média da superfície global aumentou 0,6° C durante o século vinte (Houghton et al. 2002). Este aumento de temperatura tem sido associado a uma série de mudanças observadas no clima global [...]. (p. 1, tradução própria)

O [Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas \(IPCC, em inglês\)](#) foi criado em 1988 pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) "para avaliar os milhares de artigos científicos publicados a cada ano para fornecer um resumo [relatório] abrangente do que se sabe sobre os vetores das mudanças climáticas, seus impactos e riscos futuros, e como a adaptação e mitigação podem reduzir esses riscos" (Intergovernmental Panel on Climate

Change [IPCC], s.d., on-line, tradução própria). O IPCC tornou-se a autoridade mundial para mudanças climáticas com seus relatórios detalhados e avaliativos sobre a questão. E a cada relatório, a preocupação com as mudanças climáticas foi se elevando. Crescentemente, eles indicavam fortes evidências de que a ação humana estava intensificando os efeitos da mudança do clima e, por consequência, os cenários futuros mostravam-se cada vez mais catastróficos. A questão principal posta ao mundo desde então tem sido quais as causas desse processo e como contorná-las.

Diante do perigo iminente, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Cúpula da Terra, a maior parte dos países assinaram no Rio de Janeiro, em 1992, a [Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima \(UNFCCC, em inglês\)](#). Os 197 países que ratificaram a convenção em 1994 acordaram em "prevenir a 'perigosa' interferência humana no sistema climático" (United Nations Framework Convention on Climate Change [UNFCCC], s.d., on-line, tradução própria). Desde então, todos os anos é realizada a Conferência das Partes (COP, em inglês), a fim de promover maior engajamento das nações no combate às mudanças climáticas.

Até a COP-20 não foi observado muito esforço das partes. Porém, o quinto



Encontro da delegação do CB27 com o então Ministro do Meio Ambiente, José Sarney, em agosto de 2011. A colaboração entre diferentes níveis de governo é uma premissa para a governança multinível das mudanças climáticas.

relatório de avaliação do IPCC ([AR5](#)) foi um marco ao dar mais certeza sobre o aquecimento global e a influência humana no sistema climático, definindo a situação alarmante em que nos encontrávamos (e ainda nos encontramos): "a emissão contínua de gases de efeito estufa causará maior aquecimento e mudanças duradouras em todos os componentes do sistema climático, aumentando a probabilidade de impactos severos, generalizados e irreversíveis para pessoas e ecossistemas" (IPCC, s.d., on-line). Foi então, em 2015, na COP-21 de Paris, que o senso de urgência das partes emergiu (com a contribuição da pressão da sociedade civil global) e elas assinaram um acordo sem precedentes para a mitigação e adaptação às mudanças do clima: o [Acordo de Paris](#).

O Acordo de Paris é um tratado internacional juridicamente vinculativo sobre mudanças climáticas. [...] Seu objetivo é limitar o aquecimento global bem abaixo de 2, de preferência a 1,5 graus Celsius, em comparação com os níveis pré-industriais. Para atingir essa meta de temperatura de longo prazo, os países pretendem atingir o pico global de emissões de gases de efeito estufa o mais rápido possível para alcançar um clima neutro em meados do século. (UNFCCC, s.d., on-line, tradução própria)

O acordo leva em consideração que nem todos os países seguiram o mesmo caminho de desenvolvimento. O que significa que a maior parte dos países desenvolvidos emitiu (e ainda emitem), historicamente, mais gases

de efeito estufa. Por essa razão, cada parte declarou sua Pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada (iNDCs, em inglês): ações que elas pretendiam realizar para reduzir sua emissão de GEEs de acordo com a sua respectiva realidade. Após a ratificação em cada país, as iNDCs tornaram-se Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, em inglês).

Apesar da natureza global das mudanças do clima e os Estados serem a primeira instância de resposta a esse desafio, não significa que somente as nações são responsáveis por atender aos seus impactos. Pelo contrário, os governos subnacionais são reconhecidamente (Bulkeley & Betsill, 2003; 2010; Hoffmann, 2011; Giddens, 2011; Ostrom, 2009) essenciais para a governança global do clima (Macedo, 2017). Assim como destaca Rosenau (1992), a globalização e a consequente interdependência complexa entre os países estão descentralizando problemas que antes eram resolvidos no escopo nacional. Da mesma forma, as soluções que se apresentam não são mais de caráter nacional exclusivamente.

Assim sendo, as negociações e políticas dos Estado-nação são insuficientes para resolver o desafio climático, já que seus impactos se originam e “[...] atingem países, regiões e cidades, independentemente de seus limites geopolíticos

ou ecossistêmicos” (Macedo, 2017, p. 57). Em outras palavras, os efeitos das mudanças climáticas, como desertificação, aumento do nível dos mares, e outros eventos climáticos extremos, resultarão (e já estão sendo conduzidas) em grandes reais mudanças na esfera local, intensificando conflitos sobre terras e uso de recursos. Consequentemente, a cidade, o município, como o ente federativo mais próximo do território e dos cidadãos, possui melhor capacidade em responder mais rápido e de forma mais eficaz a esses eventos. Assim como também possui o potencial de atender a necessidades e prover bem-estar compreendendo as variáveis locais para consolidar e conduzir políticas públicas eficazes.

Portanto, assim como defendido por Macedo (2017):

A governança climática pode ser compreendida como os processos em curso nos diferentes níveis de governo – internacional, nacional, setorial e local – e, de diversos setores da sociedade, para lidar com as causas e efeitos das mudanças do clima; inclui os tratados internacionais, normas e regulamentos aplicáveis por instituições internacionais, mecanismos de fiscalização e agentes financiadores. Considera-se ainda que compromissos e ações voluntárias de atores não-estatais

integrem a governança do clima global. Nesse contexto, os governos subnacionais têm se inserido de forma crescente, obtendo o reconhecimento de seu papel na implementação dos compromissos pela redução dos gases causadores do efeito estufa, o cerne da questão climática global. (p. 56)

No entanto, é importante não considerar a escala local como um mero quadro de referência, “um recipiente socioespacial em que se encontra a soma das relações institucionais, sociais e físicas necessárias para alcançar um futuro mais sustentável” (Marvin & Guy, 1997, p. 312, apud. Bulkeley & Betsill, 2010, p. 47, tradução própria). Mas o espaço de múltiplos processos e esferas de autoridade interconectados que dependem da capacidade local e da vontade política para o desenvolvimento urbano sustentável e o enfrentamento das mudanças climáticas.

Com base nas divisões tradicionais da ciência política (Shaw, 2004) e nas imaginações espaciais e escalares que separam o global, o nacional e o local, as teorias tradicionais da política ambiental podem oferecer apenas uma visão parcial das mudanças geográficas da governança ambiental, caracterizada por ligações verticais cada vez mais

complexas entre as instituições do Estado e a emergência de novos espaços políticos (Leitner & Sheppard, 2002; Shaw, 2004). (Bulkeley & Betsill, 2010, p. 59)

Isso significa que “a complexidade, a abrangência, os riscos e a multiplicidade de agentes envolvidos nas soluções necessárias exigem políticas que desafiam os sistemas geopolíticos tradicionais (BIERMANN, 2014; BULKELEY e BETSILL, 2003; SASSEN, 2015)” (Macedo, 2017, p. 57). Nesse contexto, apesar das negociações acerca do Acordo de Paris ter envolvido a participação de vários atores não-estatais da sociedade civil global (governos subnacionais, organização internacionais, setor privado, etc.) é necessário identificar esses novos espaços políticos virtuais e fortalecê-los para que a implementação deste acordo seja factível. Isso porque são nesses espaços que ocorre o poder político policêntrico. Ou seja, unidades de governança de pequena a média escala conectadas por meio de redes de informações e monitoramento em que se compartilha a responsabilidade e os custos assumidos na redução de emissões individuais, construindo-se, então, um forte compromisso em encontrar maneiras conjuntas de fazê-lo (Ostrom, 2009). Por isso, a governança do clima deve ser multinível.

Paradiplomacia brasileira: um meio para o protagonismo climático

Operando num ciclo de 5 anos, o Acordo de Paris prevê que até 2020 os países signatários elevem a ambição de suas NDCs. Contraditoriamente com a sua trajetória de ativismo na agenda ambiental e sustentável, na ocasião o Brasil apresentou sua nova NDC muito menos ambiciosa que a última apresentada em 2015. A proposta reafirma a meta apontada em 2015, que prevê redução de 43% nas emissões até 2030 em relação aos níveis de 2005, mas contrasta fortemente com a proposta da sociedade civil brasileira, que preconiza corte de 81% nas emissões até 2030 em relação aos níveis de 2005 (Observatório do Clima [OC], 2020). Se todos os países tivessem a mesma ambição, uma redução de 43% nos levaria a um mundo cerca de 3°C mais quente. Nesse sentido, o governo federal brasileiro está perdendo a oportunidade de ser um ator de destaque na governança climática global, perdendo um papel que o país assumiu nos últimos anos na vanguarda da luta pela proteção do meio ambiente e do clima.

Em 2009, o Brasil estava adotando uma posição internacionalmente proeminente em direção à elevação

XVI Encontro Nacional do CB27 em Florianópolis. Visita técnica na Eletrosul.



Marcelo Miyashita/Fórum CB27

da ambição climática. De maneira voluntária, apresentou uma meta de redução de suas emissões de 36,8% para 38,9% até 2020. “Como resultado de cinco anos de queda nas taxas de desmatamento, as emissões em 2009 estavam declinando. Reduzir 36,1% a 38,9% nesse cenário parecia mais do que factível: era uma meta praticamente à prova de falhas.” (Instituto Talanoa [Talanoa], 2020, p. 72). Ao final daquele ano, a meta voluntária se transformaria na Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). Porém, apesar do cenário otimista, em 2020, o Sistema de

Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG) “pôde afirmar pela primeira vez que o Brasil não cumpriria a meta nem mesmo em seu limiar menos ambicioso” (Talanoa, 2020, p. 73).

As emissões brutas nacionais de gases de efeito estufa cresceram 28% desde 2010 – ou seja, desde a regulamentação da lei do clima o país aumentou suas emissões em mais de um quarto em vez de reduzi-las. A aceleração mais forte ficou justamente no setor que tinha metas mais ambiciosas, o de uso da terra:

desde o decreto da PNMC, o país viu suas emissões por desmatamento subirem 64%. (Talanoa, 2020, p.73).

Mesmo com uma performance fraca por parte do governo federal, o aumento da atenção internacional para medidas de enfrentamento às mudanças climáticas ao redor do mundo colocou o país sob os holofotes. Sua riqueza em fauna e flora, principalmente na Floresta Amazônica, é essencial para a manutenção do clima. Além disso, o Brasil tem sido um importante produtor de energia renovável,

com um potencial ainda não explorado. Para citar algumas das contribuições do país. No contexto desse interesse, os governos subnacionais brasileiros podem ser protagonistas na consolidação das agendas internacionais. Além disso, é uma oportunidade de alavancar seu desenvolvimento.

Com essa preocupação global com as mudanças climáticas, um fluxo maior de investimentos e esforços está sendo alocado para iniciativas sustentáveis. Consequentemente, as cidades que apresentam programas e projetos que visam o uso eficiente dos recursos naturais com o objetivo para a redução de emissões de GEEs, como por exemplo, estímulo de sistemas de plantação agroflorestal, eletrificação de transportes aliada ao uso de energias renováveis ou estimulando a economia circular com políticas de redução de resíduos, podem agregar mais investimentos e/ou parcerias com empresas, organizações não-governamentais, bancos de desenvolvimento e outros países ou cidades.

No Brasil, à luz da Constituição Federal de 1988, verifica-se a capacidade dos municípios de tomarem a decisão sobre o que priorizar para a manutenção dos recursos naturais e melhor aproveitamento dos espaços. A Lei Básica Alemã de 1949 ofereceu

um modelo para lidar com os desafios da governança entre os entes federativos que tal autonomia poderia gerar: a garantia da inviolabilidade da dignidade humana e o princípio da subsidiariedade (Frey, 2018). Inspirada nisso, a constituição brasileira pressupõe o federalismo cooperativo e a autonomia municipal que orientam as decisões dos municípios pelas necessidades e especificidades locais. Também, a partir desse modelo, foram estabelecidas a descentralização e direitos importantes, como o direito ao meio ambiente.

A descentralização provê o entendimento “[...] de que os governos subnacionais podem atuar internacionalmente no âmbito de sua autonomia federativa, ou seja, no campo balizado de suas competências constitucionais expressas, sendo elas exclusivas ou comuns, desde que não contrariem o interesse nacional ou invadam a seara da alta política [...]” (Rodrigues, 2008, p. 1017).

Nesse escopo de atuação, da paradiplomacia, assim como exposto por Rodrigues (2008), os governos subnacionais têm elevado sua inserção internacional para a proteção do meio ambiente no nível municipal. Milani e Ribeiro (2011) verificam ainda mais especificamente que as cidades brasileiras têm

uma maior participação em redes transnacionais de cooperação e organismos internacionais. Eles identificam que “esses esquemas institucionais formais e informais se desenvolvem a partir de um interesse comum em fornecer bens públicos de maneira mais eficiente e implementar projetos econômicos, culturais e sociais, regionais e transfronteiriços” (Milani & Ribeiro, 2011, p. 32, tradução própria).

Analisando mais profundamente esses esquemas institucionais, as redes municipais transnacionais se destacam como um importante ator na governança climática, principalmente ao estimular os governos locais a desenvolver e implementar iniciativas de política climática por meio de informações, capacitação, melhores práticas, projetos concretos e acesso a financiamento (Barbi & Macedo, 2019). Algumas das redes municipais transnacionais das quais as cidades brasileiras participam são C40, Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e Energia e ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade.

O ICLEI pode ser selecionado, atualmente, como uma das redes municipais transnacionais mais estruturadas, ativas e influentes em atuação no Brasil. Até o momento, de acordo com seu website, o ICLEI está presente em mais de 125 países e reúne mais de 2.500 governos

locais e regionais. Constitui uma rede global de cidades que, em conjunto com sua equipe de especialistas em cada país ou região, possibilita o acesso a conhecimentos, ferramentas e parcerias com os governos locais para orientá-los no caminho da sustentabilidade (ICLEI, s.d.). Uma de suas ações mais relevantes foi o programa Cidades para a Proteção do Clima (CCP), que teve como objetivo introduzir e apoiar o planejamento de ações climáticas em cidades de todo o mundo. Lançado em 1993, o programa foi “a primeira iniciativa internacional destinada a permitir que governos locais reduzissem suas emissões [de GEEs]” (Barbi & Macedo, 2019, p. 125, tradução própria). Com a participação de quase 1.000 cidades ao redor do mundo atuando em rede, muitas de suas iniciativas e projetos com as cidades participantes são agora consideradas atividades de proteção do clima bem-sucedidas.

Betsill e Bulkeley (2006, p.141) argumentam que a Campanha do CCP exemplifica uma nova forma de governança nos esforços globais para mitigar as mudanças climáticas, sendo ‘simultaneamente global e local, estatal e não estatal’. Além disso, ocorreu ‘por meio de processos e instituições que operam em e entre uma variedade de escalas e envolvendo uma gama de atores com diferentes níveis e formas de autoridade’. (Barbi & Macedo, 2019, p.126)

As redes de cidades configuram-se, então, como um daqueles novos espaços virtuais de poder político policêntrico e vertical que visa uma cooperação mais aprofundada entre atores de diversos níveis para o compartilhamento dos custos e oportunidades para a governança do clima. As redes de cidade nacionais também podem ser consideradas como esse novo espaço e se apresenta como um vetor de mudança em direção da implementação de agendas internacionais, como o Acordo de Paris. Especialmente no que condiz às cidades brasileiras, observa-se maior adoção de tal abordagem policêntrica, uma vez que o governo federal não está contribuindo de forma tão contundente com a agenda do clima, oportunizando, assim, uma atuação mais ampla dos entes subnacionais e fazendo com que eles cooperem mais entre si e se voltem mais para o cenário internacional.



Visita técnica do CB27 à Eletrosul durante o XVI Encontro Nacional do Fórum CB27, em Florianópolis, durante os dias 14 e 16 de abril de 2019.



Marcelo Miyashita / Fórum CB27

Fórum CB27

Sob a lógica da cooperação federativa e da autonomia municipal, fora instituída a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938 / 81 e Decreto nº 99.274 / 90) para garantir o direito ao meio ambiente. Ela prevê “[...] que a atuação dos órgãos e entidades se dê de maneira coordenada e articulada, e com a promoção do acesso público às informações sobre a degradação ambiental e ações de proteção ambiental” (IPAM & FGV, 2015, p. 8). Assim, com o intuito de regulamentar a performance de cada esfera de governo, o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) foi instituído pela Política Nacional de Meio Ambiente

(PNMA) que, por sua vez, instituiu o Sistema Municipal de Meio Ambiente (SISMUMA), definindo o “conjunto de órgão e entidades do Município que são responsáveis pela preservação, conservação, proteção defesa, melhoria, recuperação e controle do meio ambiente e uso adequado dos recursos ambientais do Município” (Ávila & Malheiros, 2012, p. 3).

Eles são as secretarias e departamentos municipais de meio ambiente, que possuem responsabilidades como ações de planejamento e gestão para o uso sustentável dos recursos naturais, políticas tributárias de incentivo a formas sustentáveis de produção, ações de comando e controle como o

licenciamento ambiental e fiscalização, promoção da educação ambiental, entre outras (BRASIL, 2006). Dessa maneira, as secretarias de meio ambiente representam a estrutura político administrativa para a gestão ambiental municipal. Incumbidas de consolidar as políticas e instrumentos anteriormente mencionados de maneira a integrar as questões ambientais e as diversas políticas públicas urbanas. Ou seja, estão incumbidas a “avançar na introdução da variável ambiental nos sistemas locais de planejamento e na execução de políticas de desenvolvimento do Município, construindo mecanismos que levem à sustentabilidade” (Ávila & Malheiros, 2012, p. 36).

Nesse contexto, o Fórum de Secretários de Meio Ambiente das Capitais Brasileiras - CB27 apresenta um papel de destaque na melhoria das capacidades das cidades brasileiras em gestão ambiental, em especial das capitais brasileiras. O fórum reúne governantes responsáveis pela gestão ambiental (secretários) da administração das 26 capitais brasileiras e de Brasília, a capital do país. Também representa cerca de um quarto da população brasileira e aproximadamente 29% do PIB nacional (CB27, 2016b), o que proporciona uma atuação extremamente significativa de possíveis transformações urbanas sustentáveis no contexto brasileiro.

O fórum nasceu com uma abordagem inovadora, dentro das mais vanguardistas discussões sobre sustentabilidade da época, que é a Rio + 20 de 2012, conferência que resultou na formulação da agenda de desenvolvimento sustentável, a Agenda 2030. Proposto pelo então Secretário Municipal de Meio Ambiente do Rio de Janeiro, Carlos Alberto Muniz, a ideia do fórum era ser como a rede de megacidades C40, com encontros recorrentes entre os secretários municipais de meio ambiente “para que eles pudessem cooperar através de seus casos de sucesso na gestão das secretarias,

em especial encontrar soluções para problemas ambientais das capitais brasileiras” (Pereira, 2016, p.27). Além disso, conforme aponta Pereira (2016), o tema mudanças climáticas foi escolhido para ser o foco das discussões, o que também representou uma inovação, uma vez que o assunto ainda era tratado de forma incipiente nas cidades brasileiras.

O apoio institucional e financeiro da [Fundação Konrad Adenauer no Brasil \(KAS Brasil\)](#) desde o início do fórum foi fundamental para o começo e consistência de suas atividades, alavancando ainda mais o potencial do fórum. Além da promoção dos encontros, também possibilitou a realização de visitas técnicas e missões internacionais para troca de experiências mais atuais e eficazes mundo a fora (CB27, 2019). Ainda, a parceria com o ICLEI iniciada em 2017 promoveu maior acesso a conhecimento, ferramentas, parcerias, programas e projetos que contribuem substancialmente para o fortalecimento institucional (CB27, 2019).

O CB27 promove o diálogo entre os secretários por meio de reuniões que também contam com a participação de representantes de outros níveis de governo, outras redes de cidades (nacionais e internacionais), organizações da sociedade civil e do setor privado. Dessa forma, os

encontros são espaços de ampla e intensa troca de experiências não só entre os secretários, mas entre múltiplos atores. Desde 2012, o fórum já realizou 20 encontros nacionais e 16 regionais, abordando temas de interesse dos secretários e de grande relevância e atualidade para a proteção e conservação do meio ambiente, como as mudanças climáticas. Por meio de seminários e visitas técnicas, os secretários podem ter acesso a metodologias e ferramentas vivenciadas por outras secretarias e diferentes setores da sociedade que podem ser incorporadas para aumentar a eficiência da gestão ambiental e de novos projetos e políticas de enfrentamento às mudanças climáticas. Em cada reunião, os secretários interessados se colocam a disposição para apoiar a realização do encontro na capital que representa e todos os anos é realizada uma eleição para formar a secretaria executiva, composta por um coordenador nacional, um secretário executivo, cinco coordenadores regionais (um para cada região do país), KAS Brasil e ICLEI.

Assim como o programa CCP, promovido pelo ICLEI, fez parte de uma mudança em direção à governança multinível das mudanças climáticas, argumenta-se que o CB27 também pode ser considerado um ator proeminente na governança climática. E para avaliar tal relevância, o arcabouço de avaliação de impacto

do programa CCP desenvolvido por Bulkeley e Betsill (2003) será utilizado para analisar documentos oficiais produzidos pelo Fórum CB27, como atas de reuniões, cartas de posicionamento e publicações. O arcabouço apresentado por Bulkeley and Betsill (2003) identifica:

[...] cinco fatores-chave que moldam o impacto do programa CCP sobre os governos locais e a implementação de políticas de proteção do clima:

- 1) presença de um indivíduo comprometido, com apoio institucional para a promoção da proteção do clima;
- 2) disponibilidade de financiamento para medidas de proteção do clima;
- 3) nível de poder local sobre transporte, energia e planejamento;
- 4) forma como a proteção do clima é enquadrada, principalmente em relação a objetivos econômicos;
- 5) vontade política de agir. (pp. 4-5, tradução própria)

A pesquisa documental foi escolhida como metodologia devido a restrições de tempo para acessar dados primários e por ser considerada a mais apropriada diante das restrições apresentadas. “A riqueza de informações que deles [dos documentos] podemos extrair e resgatar justifica o seu uso [...] porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita

de contextualização histórica e sociocultural.” (Sá-Silva, et al., 2009, p.2). Ou seja, considerando que a pesquisa documental pode prover uma “[...] observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros (CELLARD, 2008)” (Sá-Silva, et al., 2009, p.2), essa metodologia irá auxiliar precisamente no mapeamento e visão geral do impacto do CB27.

A fase de pré-análise (Julio et al., 2017) ou redução dos dados (Ahmed, 2010) consiste no contato com os documentos; seleção de alguns documentos para posterior análise (o corpus), obedecendo à regra da completude, representatividade, homogeneidade e pertinência; formulação de objetivos e hipóteses, referência dos índices (assuntos tratados em documento) e desenvolvimento de indicadores (medida que indica tendência); e editar/organizar os documentos, compilando-os (Julio et al., 2017). A segunda fase é o processo de apresentação e análise dos dados (Ahmed, 2010). Em outras palavras, é a exploração do material, com “[...] ações de codificação, categorização, desconto (deduzir, reduzir algo em comparação com o todo, descartar) e enumeração, onde se aplica a análise propriamente dita baseando-se em diretrizes formuladas previamente

XIII Encontro CB27, em Vitória. Visita Técnica ao Projeto Tamar.



pelo pesquisador (MINAYO, 2007).” (Julio et al., 2017, p. 23). A última e terceira fase é o tratamento e interpretação dos resultados obtidos.

[...] nesta etapa é onde os resultados obtidos por meio da segunda fase são trabalhados a fim de tornarem-se significativos e válidos, convergindo os resultados obtidos ao escopo teórico o que permite o pesquisador aproximar-se de conclusões, inferências e interpretações que levem ao progresso da pesquisa. (Julio et al., 2017, p. 24)

Para a presente pesquisa, os documentos foram selecionados a partir da consulta a todos os documentos (regra de completude) da seção “Encontros” do site do Fórum CB27 (regras de homogeneidade e pertinência), considerando que este

representaria melhor o universo a ser analisado apresentando os membros, atividades e resultados do fórum (regra de representatividade). Como o fórum tem uma composição dinâmica ao longo dos anos, devido às mudanças políticas dos nomes dos secretários, a consulta ao conteúdo das reuniões permite observar o processo de amadurecimento ou evolução do fórum e seu impacto. No entanto, houve algumas publicações (livros, cartilhas e relatórios) produzidas pelo fórum que também foram consideradas importantes para a análise, mas serviram apenas como suporte para a análise dos dados, por apresentarem uma visão mais macro do fórum. Para orientar a análise, foram formulados o objetivo (analisar o papel do Fórum CB27 na governança climática global) e a hipótese (o Fórum CB27 contribui para a governança climática global e implementação do

Acordo de Paris). Em seguida, por meio da leitura exaustiva do material, foram identificados os temas mais discutidos nos documentos (índices quantificáveis) e as tendências (indicadores). Os índices devem refletir o propósito da pesquisa e podem surgir do referencial teórico da pesquisa (Sá-Silva et al., 2009).

Ressalta-se que a análise de conteúdo é uma dentre as diferentes formas de interpretar o conteúdo de um texto, adotando normas sistemáticas de extrair significados temáticos [...]. Consiste em relacionar a frequência da citação de alguns temas, palavras ou idéias em um texto para medir o peso relativo atribuído a um determinado assunto pelo seu autor. [...] A mensagem pode ser apreendida, decompondo-se o conteúdo do documento em fragmentos mais simples, que revelem sutilezas contidas em um texto. Os fragmentos podem ser palavras, termos ou frases significativas de uma mensagem (CHIZZOTTI, 2006). (Sá-Silva, et al., 2009, p.11)

Nesse sentido, os documentos selecionados foram compilados em uma tabela Excel onde fragmentos deles (o corpus) foram classificados quanto ao seu tipo (ata de reunião ou carta de posicionamento) e codificados por índices quantificáveis e indicadores. Após a enumeração de 71 fragmentos de documentos,

foi possível identificar alguns temas constantes, ou seja, referenciar os índices quantificáveis: arcabouço institucional; troca de experiências ou políticas públicas; questões econômicas; interação ou cooperação multinível; ferramentas ou projetos climáticos locais. Todos os documentos selecionados e qualificados podem ser encontrados no Anexo 1.

O tema “arcabouço institucional” surgiu quando o que era discutido ou falado em uma reunião revelava que a organização institucional do fórum influenciou a ação de um membro para a implementação de uma política ou projeto climático, ou se refere à própria organização institucional. A “troca de experiências ou políticas públicas” foi identificada nas muitas apresentações das iniciativas dos secretários, discussão de problemas ou desafios comuns e possíveis soluções, ou quando o próprio intercâmbio foi realizado (uma secretaria implementando uma iniciativa de outra secretaria). O tema das “questões econômicas” surgiu de discussões sobre as dificuldades comuns dos secretários com orçamento e quando da apresentação e/ou discussão de soluções dentro do fórum, ou oportunidades de financiamento. Foram identificadas “interações ou cooperação multinível” na participação de diversos setores da sociedade nas reuniões, estabelecimento de parcerias com os mesmos e interação

e/ou advocacy com outros níveis de governo. Por fim, “ferramentas ou projetos climáticos locais” foram apresentados para os membros do fórum, defendidos no contexto do fórum e usados pela maioria deles, portanto, também é uma categoria de análise a ser considerada.

Os indicadores foram os cinco fatores-chave identificados por Bulkeley e Betsill (2003) de forma a analisar se essas tendências ocorrem dentro do Fórum CB27. Em seguida, os fragmentos que expunham determinada tendência foram alocados entre esses indicadores. Cada fragmento pode ser classificado por um ou mais indicadores. Na análise final, procurou-se explorar as ligações entre os diversos itens, tentando estabelecer relações e associações e, a partir daí, começar a combiná-las, separá-las ou reorganizá-las.

A tabela abaixo indica a frequência dos índices por indicador (e o número de fragmentos alocados para cada indicador entre parênteses). Admite-se que a ocorrência de alguns índices muito mais vezes do que outros sugere a variável explicativa da tendência indicada. Essas variáveis são destacadas nas tabelas em cores diferentes, respectivamente para o indicador que pode estar explicando.

Para uma análise mais acurada, abaixo alguns fragmentos de cada

Tabela 1: Frequência de índices por indicador

Índice/Indicador	1 (16)	2 (12)	3 (24)	4 (7)	5 (14)
Arcabouço institucional	5	1	8	0	7
Troca de experiências/ políticas públicas	12	1	10	1	7
Questões econômicas	0	11	4	7	2
Interação/cooperação multinível	2	11	4	4	9
Ferramentas/ projetos climáticos locais	5	0	17	4	2

Fonte: Elaboração própria.

indicador foram revisitados na busca de integração deles com as variáveis (índices) preponderantes para a explicação de cada tendência (indicador).

1) Presença de um indivíduo comprometido, com apoio institucional para a promoção da proteção do clima

Bulkeley e Betsill destacam que o interesse de determinados indivíduos pode alavancar a implementação de políticas climáticas dentro do município. Esses “indivíduos viram o programa CCP como uma fonte de benefícios pessoais, incluindo oportunidades de expressar preocupações, aprender com os outros em um ambiente de apoio, ganhar

experiência internacional e promover seus interesses dentro do governo local” (Bulkeley & Betsill, 2003, pp. 174-175). Apesar da descontinuidade que esse interesse pessoal pode resultar, em caso de mudanças políticas, como usualmente ocorre pós-período eleitoral na nomeação de secretários, aquele indivíduo tem o potencial de institucionalizar suas preocupações e interesses em iniciativas ou projetos propostos ou criados no contexto de seu engajamento (Bulkeley & Betsill, 2003).

No caso do CB27, observa-se que sua estrutura institucional estimula a expressão pessoal dos secretários na condução das atividades do fórum. Em todas as reuniões, eles têm a oportunidade

de compartilhar suas iniciativas, bem como coletar experiências de outros. Principalmente quando o fórum promoveu encontros regionais, constatou-se que os secretários se identificaram melhor para expressar suas inquietações e trocar experiências, visto que enfrentam problemas e desafios semelhantes. Além disso, o secretário anfitrião do encontro apresentou maior engajamento, pois entendia a hospedagem do encontro como uma oportunidade de promover seus interesses dentro do governo local. Por exemplo, a cidade anfitriã convidava seus prefeitos ou atores-chave para se envolverem mais nos temas que estavam em discussão, ou mesmo viabilizar a implementação de políticas climáticas. Foi o caso do município de Teresina quando sediou o XIV Encontro Nacional do Fórum CB27. Na ocasião, o prefeito da época, Firmino Filho, assinou a adesão ao Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e Energia (CB27, 2018b).

Além disso, quando desempenham a função de coordenador nacional, geralmente, sentem-se mais confortáveis para expressar preocupações e criar um ambiente de apoio para que outros também expressem suas preocupações e opiniões, e, assim, aprender uns com os outros. A escolha é feita democraticamente por consenso e qualquer dirigente pode se

candidatar. Eles também veem a posição como uma oportunidade de divulgar as iniciativas de suas cidades para o grupo e acabam engajando mais suas cidades nas iniciativas do grupo. Por exemplo, o coordenador nacional do fórum em 2020, e o então secretário de Meio Ambiente do Rio de Janeiro, Bernardo Egas, desenvolveu a ideia do projeto Bandeira Verde - Capitais da Biodiversidade. O projeto propõe a criação de uma rede de troca de sementes de espécies ameaçadas de extinção, garantindo a conservação da flora brasileira em risco de extinção e propondo seu uso sustentável. Ao final de 2020, 7.400 sementes foram trocadas entre três capitais - Rio de Janeiro, Recife e João Pessoa, e 13 capitais aderiram ao projeto (CB27, 2020c).

2) Disponibilidade de financiamento para medidas de proteção do clima

A disponibilidade de financiamento para medidas de proteção do clima sempre foi considerado um tópico importante para ser abordado nos encontros nacionais do CB27, como se observou nas diversas reuniões que seu tema era a mudança do clima ou o próprio financiamento. O programa CCP, de acordo com Bulkeley e Betsill (2003), abriu oportunidades para as autoridades locais acessarem financiamento

externo e estabelecerem arranjos de financiamento interno. Da mesma forma, o CB27 também criou esse tipo de oportunidade para as secretarias.

A partir de seminários e visitas técnicas, os secretários puderam acessar metodologias e ferramentas vivenciadas por seus pares e setores da sociedade que poderiam ser incorporados ao seu trabalho para aumentar a eficiência da gestão e do financiamento ambiental e climático. Uma oportunidade de financiamento apresentada pelo fórum foi o esclarecimento sobre e facilitação de um maior acesso dos municípios a recursos de fundos públicos nacionais, como o Fundo Clima e o Fundo Amazônia. O fórum promoveu diversas discussões para permitir que as capitais formalizassem propostas de projetos com esses recursos (CB27, 2014a; 2014b; 2017a).

Outros financiamentos externos e arranjos de financiamento identificados, agora com setores da sociedade civil, foram: celebração de termos de cooperação, em 2018, entre a secretaria de Curitiba com a organização Plant-for-the-Planet (CB27, 2018a), que utiliza tecnologia social própria para sensibilizar crianças e jovens sobre a crise climática e a importância das árvores no seu enfrentamento, e acesso a instituições de fomento nacionais e internacionais por meio de sua

participação nos encontros, como o CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina, o Banco Mundial, e a agência alemã para cooperação internacional, GIZ (Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit). Também, em 2019, um estudo produzido pela SITAWI, KAS Brasil e ICLEI, foi apresentado aos secretários, mapeando as fontes de financiamento nacionais e internacionais.

Além disso, vale destacar que as secretarias já possuem um poderoso instrumento que regulamenta as atividades poluidoras e cobra pelos potenciais danos ambientais que elas possam gerar: o licenciamento ambiental. No entanto, além de “medidas de proteção do clima não serem algo com que [normalmente] se comprometa usando as finanças do governo local” (Bulkeley & Betsill, 2003, p.184, tradução própria), há problemas com transferências e/ou com o próprio processo de licenciamento (às vezes burocrático e demorado). Em diversos encontros, os secretários puderam compartilhar experiências para maior eficiência desse processo. Em 2017, articularam-se com a Associação Nacional dos Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA) para viabilizar o repasse da Taxa de Fiscalização e Controle Ambiental (TCFA), importante instrumento de aprimoramento do licenciamento ambiental (CB27, 2017b).



Arquivo CB27

Firmão Filho, então prefeito de Teresina, assinando o Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e Energia na abertura do XIV Encontro Nacional do Fórum CB27, realizado entre 13 e 15 de junho de 2018.

3) Nível de poder local sobre transporte, energia e planejamento

A autonomia e o poder de influenciar setores críticos para as mudanças climáticas (como energia, transporte e uso do solo) são fatores importantes para o sucesso das iniciativas da rede. Conforme apresentado anteriormente, os secretários são fundamentais para a implementação da Política Nacional do Meio Ambiente, com influência direta na condução dos setores de energia, transporte, saneamento, ordenamento do território e demais serviços públicos básicos. Isso

acontece principalmente por meio do licenciamento ambiental, mas também por meio de projetos nessas áreas que visem promover o uso responsável e sustentável dos recursos naturais. E, apesar das mudanças políticas que o fórum sofre, assim como aconteceu no caso do programa do CCP segundo Bulkeley e Betsill (2003), a discussão sobre mudanças climáticas sempre foi impulsionada através do apoio da KAS Brasil e do ICLEI, que propõe agendas e trazem inovações em sustentabilidade para o fórum, sendo bem acolhida pelos secretários. Além disso, compromissos com a proteção

do clima têm sido firmados de forma que, independentemente das mudanças políticas, as capitais devem prestar contas a esses mecanismos que por vezes foram apresentados e de uso estimulado pelo fórum.

Uma abordagem conceitual compartilhada tem sido um fator que molda a longevidade e a influência do fórum nesses setores, fator elencado por Bulkeley e Betsill (2003) como o que define a real autonomia e influência nesses setores. Verifica-se a presença desse fator, principalmente, nos inúmeros casos de cartas de posicionamento à sociedade civil, governos e instituições internacionais do fórum, com compromissos e advocacy por medidas de proteção do clima, e na troca prática de experiências. Alguns exemplos de trocas práticas são a implantação por Maceió de um programa de gestão de resíduos implementado por Curitiba (CB27, 2016a) e o projeto de redução do consumo de energia de João Pessoa com a introdução de lâmpadas LED mais ecologicamente corretas na iluminação pública de inspiração das reuniões com os demais secretários (CB27, 2014a).

Aqui também é aplicável o que Bulkeley e Betsill (2003) destacam sobre o programa CCP: “O processo de avaliação e monitoramento das emissões locais de gases de efeito estufa não é apenas um

exercício técnico, mas fornece uma fonte contínua de contato entre a autoridade local e a rede, e um senso de dependência mútua, que mantém a rede unida” (Bulkeley & Betsill, 2003, p. 175, tradução própria). Ao longo do tempo, como pode ser verificado nos temas abordados nos encontros, foi realizada no fórum uma ampla conscientização sobre a importância da mitigação e adaptação às mudanças climáticas e treinamentos para estimular o planejamento e a ação climática. Em 2019, com o apoio do fórum, 17 capitais relataram ações climáticas na plataforma CDP-ICLEI, plataforma global de reporte de ações voluntárias sobre mudanças climáticas (CB27, 2020a). Além disso, todas as capitais estão comprometidas com o Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e Energia (CB27, 2018a), a maior coalizão no mundo de prefeitos e autoridades locais que estão comprometidos com o planejamento e ação para enfrentar as mudanças climáticas. Os dados coletados mostram mais evidências de dependência mútua: 16 capitais elaboraram seus inventários de emissões de gases de efeito estufa (CB27, 2020a), uma ferramenta extremamente importante para o planejamento de ações climáticas em que sete delas receberam apoio direto do ICLEI em sua elaboração. Por sua vez, 12 capitais já elaboraram seus respectivos Planos de Ação Climática (CB27, 2020a), também via estímulo do fórum.

4) Forma como a proteção do clima é enquadrada, principalmente em relação a objetivos econômicos

Outro fator que as autoras julgam crítico para o impacto da rede na política local de mudanças climáticas “é como a questão é definida e entendida” (Bulkeley & Betsill, 2003, p. 184). Elas argumentam que o programa CCP, assim como outras iniciativas como o CB27, conforme verificado anteriormente, esclarece o entendimento das sinergias entre a redução das emissões de gases de efeito estufa e o enfrentamento de outras questões ambientais, sociais e econômicas. No entanto, também existem conflitos, especialmente no que tange a “regeneração econômica ou os interesses de determinadas indústrias locais” (Bulkeley & Betsill, 2003, p. 185, tradução própria).

Sabe-se que, no Brasil, a Floresta Amazônica representa, ao mesmo tempo, um desafio e uma oportunidade ambiental e econômica. No âmbito do Fórum CB27, ocorreram encontros regionais em regiões que abrigam esse bioma, e outros que estão ameaçados, em que foram identificadas possibilidades para as capitais estimularem o crescimento econômico com preservação e recuperação da natureza. Um exemplo é a possibilidade de adoção das capitais ao REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e

Degradação Florestal), “[...] mecanismo [desenvolvido pela UNFCCC] que permite a remuneração daqueles que mantêm suas florestas em pé, sem desmatar, e com isso, evitam as emissões de gases de efeito estufa associadas ao desmatamento e degradação florestal.” (CB27, 2015, on-line) e o REDD +, que também inclui “[...] atividades de conservação, manejo sustentável das florestas e aumento de seus estoques em países em desenvolvimento” (CB27, 2015, on-line). A regulamentação das atividades nesses biomas também é extremamente importante para evitar sua degradação, mas também em cidades mais urbanas para evitar mais degradação e atividades produtivas intensivas em carbono. E, como já apontado anteriormente, como os municípios estão mais próximos dos territórios, eles têm mais condições de fazer essa fiscalização. Por isso, em 2017, o CB27 em conjunto com a ANAMMA se posicionou contra um projeto de lei que “altera a competência dos órgãos municipais no processo de licenciamento para ‘implantação, ampliação e operação de empreendimento potencialmente causador de degradação ambiental’, e projetos de revisão de licenciamento ambiental” (CB27, 2017, on-line, tradução do autor).

Outro tópico que revelou que as questões ambientais e econômicas não são necessariamente opostas foi

a pandemia da covid-19. A pandemia expôs a necessidade de repensar a maneira como o mundo se alimenta, se move e trabalha, uma vez que os sistemas urbanos vêm perturbando os ecossistemas naturais. Portanto, vislumbrando a necessária troca de dependência de algumas atividades produtivas que não produzem de forma sustentável ou produtos sustentáveis, o CB27 discutiu ao longo do ano 2020 possibilidades de regeneração econômica com proteção ambiental e climática (CB27, 2020d).

5) Vontade política

Ao invés de ser uma questão técnica relacionada à necessidade por mais informações ou melhores práticas, ou uma questão de mudança de comportamento dentro das estruturas institucionais existentes, a interpretação e implementação da proteção climática localmente é uma questão política, onde diferentes atores e grupos buscam ter seu entendimento do problema, e suas soluções, conforme sua interpretação. (Bulkeley & Betsill, 2003, p. 185, tradução própria)

Assim sendo, uma vez que o Fórum CB27 é um grupo seleto de atores políticos, a vontade política é fundamental para garantir a longevidade e seu próprio propósito de existência. E, como já foi dito, seu objetivo e arcabouço institucional

permitem acomodar as diferentes interpretações do problema e sua solução. Na verdade, este é o cerne do fórum: a troca de soluções em gestão de meio ambiente. A concretização desse entendimento está na intenção observada do fórum de lançar um hub de legislações (CB27, 2020b), onde os secretários encontrarão o texto das legislações mais inovadoras de todas as capitais sobre muitos assuntos de sua preocupação para se inspirar.

Além disso, mais do que capacitação e apoio em questões técnicas, o fórum estimula fortemente a vontade política para a implementação local de políticas relacionadas ao enfrentamento das mudanças climáticas. Os relatórios para a sociedade civil sobre ações climáticas locais mencionados acima é um exemplo de advocacy para pressionar as cidades por mais políticas climáticas. Além disso, como pode ser observado na pesquisa realizada pelo Relatório de Atividades de 7 Anos do Fórum CB27 (CB27, 2019), 77% das capitais respondentes já implantaram pelo menos uma política pública inspirada em outra cidade do grupo. O que confirma a grande adesão em trocas de experiência observada pelas atividades e iniciativas citadas anteriormente

Por fim, como apontam Bulkeley e Betsill (2003), é muito importante considerar o quebra-cabeça político entre as esferas nacional e subnacional para alavancar a

política climática. “[...] a política local de mudança climática não está ocorrendo apenas dentro de uma esfera discreta de governança local, mas por meio de relações verticais de poder e governança entre o estado subnacional e nacional, e por meio de redes transnacionais de governo local” (Bulkeley e Betsill, 2003, p. 185, tradução própria). O que se observou no caso do fórum foi uma tentativa contínua de articular um canal fluido de cooperação e comunicação do fórum com as demais esferas de governo, como pode ser constatado por suas reuniões em 2016 (CB27, 2016c) e 2019 (CB27, 2019) com Ministros do Meio Ambiente, sua participação na comissão tripartite (CB27, 2017c), e sua articulação com a ANAMMA, conforme apresentado anteriormente. Além disso, alinhado com a abordagem multinível da governança do clima, houve participação de delegações do CB27 na COP-20, COP-21 e COP-23, o que garante advocacy em todos os níveis (CB27, 2020a).

Arquivo CB27



XV Encontro Nacional do Fórum CB27 em Curitiba, 2018.

O impacto do Fórum CB27

A partir da avaliação da estrutura e as atividades do fórum, por meio da análise documental das atas de suas reuniões e cartas de posicionamento, foi possível identificar os principais fatores que, segundo Bulkeley e Betsill (2003), impactam na implementação de políticas climáticas por seus membros. As variáveis explicativas também foram confirmadas após uma análise mais aprofundada, uma vez que foi observado que as variáveis destacadas anteriormente tiveram peso no impacto do CB27 nos governos locais, conforme resumido abaixo por indicador.

1. O Fórum CB27 é composto por indivíduos com funções administrativas e políticas decisivas dentro dos governos locais, as Secretarias Municipais de Meio Ambiente. Ainda, seu interesse pessoal pela questão tem o potencial de alavancar a implementação de medidas de proteção do clima. Assim, verificou-se que, de fato, o arcabouço institucional do fórum tem estimulado o compromisso dos secretários com a proteção do clima, oferecendo um espaço seguro e solidário para expressar preocupações comuns e encontrar possíveis soluções para os problemas que enfrentam como secretários. Além disso, a troca de experiências apresentou-se como uma forma poderosa de engajamento, ao

mesmo tempo que difunde a iniciativa de alguns e é uma oportunidade para melhorar o trabalho de outros. Eles também podem se beneficiar do apoio do fórum para projetos ambientais e climáticos locais, e com o uso de ferramentas climáticas locais (como o inventário de GEEs) para melhorar e promover seu trabalho.

2. O fórum tem proporcionado múltiplos contatos e oportunidades de financiamento através da conexão com organizações financeiras, bancos de desenvolvimento, ou apresentando opções de outros arranjos de cooperação, como acesso a fundos nacionais, ou parcerias que não necessariamente mobilizam fundos, mas tornam mais viável a realização de medidas de proteção do clima.

3. Os Secretários possuem poder local sobre setores-chave para as mudanças climáticas, de acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente. À medida que as discussões sobre as mudanças climáticas se intensificaram e sua importância foi entendida dentro do fórum, um consenso foi formado entre seus membros sobre a necessidade de compromisso e ação conjunta para proteger o clima. Então, isso tem acontecido por meio da implementação de projetos ou medidas climáticas locais, cartas de

posicionamento para a proteção do clima e troca de experiências sobre os setores críticos para as mudanças climáticas.

4. Enfrentar as mudanças climáticas também significa profundas reformas nas estruturas economicamente produtivas, como nos setores de energia e transporte. Assim, grandes empresas intensivas em carbono em setores-chave para a política climática fazem lobby pela resistência à mudança. Desta forma, o fórum tem buscado múltiplas alternativas para impulsionar atividades neutras em carbono, tanto dentro como fora do fórum através da cooperação com outras entidades e instituições.

5. A vontade política dos membros do fórum é refletida em todos os pontos destacados antes, como a troca de experiências ou políticas sobre proteção climática e implementação de medidas climáticas locais impulsionadas pelo fórum. No entanto, o apoio institucional que o fórum promove em articulação com outros níveis da esfera política (estadual, nacional e internacional) desperta um interesse político especial dos seus membros pela implementação das políticas climáticas, uma vez que promove maior visibilidade e possibilita maior advocacy alinhado com seus interesses.



Parque Vaca Brava em Goiânia

Romilson de Queiroz / Pixabay

Portanto, é possível concluir que o Fórum CB27 pode ser reconhecido como um ator na governança climática global, já que o fórum se apresenta como um desses novos espaços de poder político tão importantes para a governança climática e a implementação do Acordo de Paris, conforme observado por Bulkeley e Betsill (2010). Os secretários, como atores fundamentais que são para a condução da política ambiental e climática brasileira em nível subnacional, observaram no fórum a oportunidade de prover e administrar bens públicos com mais eficiência e implementar projetos socioeconômicos ambientais e climáticos transfronteiriços, como destacado por Milani e Ribeiro (2011). Acredita-se que eles encontraram no fórum uma maneira de compartilhar os custos e oportunidades da

governança do clima por mantê-los atualizados e conectados com programas, projetos e stakeholders de diferentes níveis de governo (estadual e federal) e esfera política (nacional e internacional) para a proteção do clima. Também contribui para o aprimoramento de seu trabalho local, servindo como uma rede de troca de conhecimentos, experiências e oportunidades nos mais diversos temas que lhes são endereçados, como uso do solo, saneamento, energia, entre outros. Portanto, cooperando com outros atores governamentais e não governamentais com competência político-administrativa, os secretários identificaram como grupo a possibilidade de influenciar alguns aspectos dos setores-chave que devem promover a reforma necessária para o enfrentamento das mudanças climáticas.

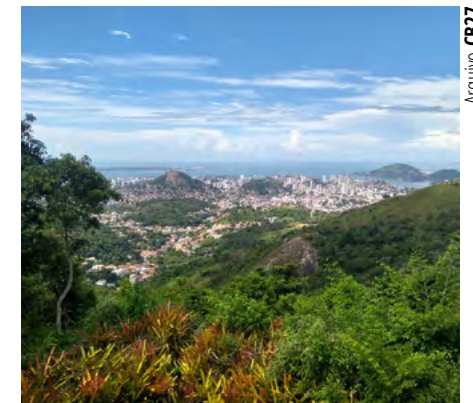
Conclusão

A mudança climática é uma questão urgente e exige respostas rápidas e eficazes de todos os setores da sociedade. O que a abordagem de governança climática multinível afirma é a sobreposição de responsabilidades e atividades para cooperação em iniciativas menos onerosas para todos. Nesse sentido, um modelo de cooperação que surge são as redes transnacionais municipais, para o compartilhamento de capacidades, informações, melhores práticas e projetos sobre mudanças climáticas. Além disso, existem redes nacionais que também podem promover um modelo de cooperação, mas com maior atenção às realidades locais.

No Brasil, verifica-se o envolvimento dos governos locais nas redes nacionais e transnacionais, tanto pelo seu evidente ganha-ganha para as agendas de desenvolvimento socioeconômico-ambiental, mas também pelo pouco engajamento do governo federal nessas agendas. Portanto, o Fórum CB27 se apresenta como uma rede nacional de cidades de cooperação horizontal para as capitais brasileiras compreenderem seus desafios e trabalharem em conjunto em soluções ambientais e climáticas por meio das ferramentas, projetos e parcerias que emergem do grupo. O CB27 difere então de outras redes pela forte abordagem conceitual compartilhada

que surge da identificação entre seus membros. Promovendo assim, uma cooperação mais aprofundada, uma maior partilha de experiências e posições e ações contundentes.

Com base nessa avaliação, é possível afirmar que o CB27 é uma rede que efetivamente apoia a implementação de políticas climáticas locais. Fomentando a capacitação na elaboração de inventários de gases de efeito estufa e planos de ação climática, e promove o ambiente político para o intercâmbio e implementação de políticas de mitigação e adaptação ao clima, fomentando a implementação do Acordo de Paris. Dessa forma, não só gerando ganhos no combate às mudanças climáticas, mas também para a gestão ambiental urbana e para a sociedade.



XIII Encontro CB27 em Vitória. Parque Fonte Grande.

Arquivo CB27

Bibliografia

Ahmed, J. U. (2010). "Documentary Research Method: New Dimensions". *Indus Journal of Management & Social Sciences*, v. 4, n. 1, pp. 1-14.

Ávila, R. D. e Malheiros, T. F. (2012). O Sistema Municipal de Meio Ambiente no Brasil: avanços e desafios. *Saúde Soc*, volume 21, pp. 33-47.

Barbi, F. e Macedo, L. V. (2019). Climate Action and Transnational Municipal Networks: A review of ICLEI's cities for climate protection campaign in Brazilian cities in Rei, F.; Granziera M. L. M. y Gonçalves, A. (coord.). *Paradiplomacia Ambiental: Environmental paradiplomacy*. Santos: Editora Universitária Leopoldiana, pp. 119-139.

Júnior, Volney Zanardi, Leme, Taciana Neto, Magalhães, Cláudia, et al. (2006). Cadernos de Formação: Como estruturar o sistema municipal de meio ambiente. *Ministério do Meio Ambiente*, volume 2.

Bulkeley, H. y Betsill, M. M. (2003). *Cities and Climate Change: urban sustainability and global environmental governance*. Londres: Routledge, 1ª Ed.

Bulkeley, H. y Betsill, M. M. (2010). Rethinking Sustainable Cities: multilevel governance and the 'urban' politics of climate change. *Environmental Politics*, volume 14, Fevereiro de 2015, pp. 42-63.

Fórum de Secretários de Meio Ambiente das Capitais Brasileiras (CB27), Encontros, "Relatório do Seminário: Encontro regional CB27 no nordeste" [on-line], Brasil, 2014a, < <http://www.forumcb27.com.br/relatorio-do-seminario-1> > [Consulta: 22 de janeiro de 2021].

Fórum de Secretários de Meio Ambiente das Capitais Brasileiras (CB27), Encontros, "V Encontro Nacional do CB27" [on-line], Brasil, 2014b, < <http://www.forumcb27.com.br/v-encontro-nacional-do-cb27> > [Consulta: 22 de janeiro de 2021].

Fórum de Secretários de Meio Ambiente das Capitais Brasileiras (CB27), Encontros, "Encontro Regional do Fórum CB27" [on-line], Brasil, 2015, < <http://www.forumcb27.com.br/encontro-regional-do-forum-cb27> > [Consulta: 22 de janeiro de 2021].

Fórum de Secretários de Meio Ambiente das Capitais Brasileiras (CB27), Encontros, "14º Encontro Regional do CB27 em Fortaleza" [on-line], Brasil, 2016a, < <https://cb27.herokuapp.com/14-encontro-regional-do-cb27-em-fortaleza-1> > [Consulta: 22 de janeiro de 2021].

Fórum de Secretários de Meio Ambiente das Capitais Brasileiras (CB27). (2016b). *Casos de Sucesso da Gestão Ambiental Urbana no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.

Fórum de Secretários de Meio Ambiente das Capitais Brasileiras (CB27), Encontros, "Cooperação entre Ministérios do Meio Ambiente e Municípios é Fundamental para Financiar Políticas Públicas" [on-line], Brasil, 2016c, < <https://cb27.herokuapp.com/14-encontro-regional-do-cb27-em-fortaleza-1> > [Consulta: 22 de janeiro de 2021].

Fórum de Secretários de Meio Ambiente das Capitais Brasileiras (CB27), Encontros, "Alternativas para Escassez Financeira e Defesa da Autonomia de Municípios Pautam X Encontro Nacional do CB27, em Brasília" [on-line], Brasil, 2017a, < <http://www.forumcb27.com.br/alternativas-para-escassez-financeira-e-defesa-da-autonomia-de-municipios-pautam-x-encontro-nacional-do-cb27-em-brasilia> > [Consulta: 22 de janeiro de 2021].

Fórum de Secretários de Meio Ambiente das Capitais Brasileiras (CB27), Encontros, "Descentralização do Licenciamento Ambiental para as Capitais Brasileiras" [on-line], Brasil, 2017b, < <http://www.forumcb27.com.br/descentralizacao-do-licenciamento-ambiental-para-as-capitais-brasileiras-1> > [Consulta: 22 de janeiro de 2021].

Fórum de Secretários de Meio Ambiente das Capitais Brasileiras (CB27), Encontros, "Planejamento Estratégico do CB27" [on-line], Brasil, 2017c, < <http://www.forumcb27.com.br/planejamento-estrategico-do-cb27> > [Consulta: 22 de janeiro de 2021].

Fórum de Secretários de Meio Ambiente das Capitais Brasileiras (CB27), Encontros, "Reintegrar a Natureza nas Cidades é um Imperativo para o Desenvolvimento Sustentável", indica o XV Encontro Nacional do Fórum CB27" [on-line], Brasil, 2018a, < <http://www.forumcb27.com.br/reintegrar-a-natureza-nas-cidades-e-um-imperativo-para-o-desenvolvimento-sustentavel-indica-o-xv-encontro-nacional-do-forum-cb27-1> > [Consulta: 22 de janeiro de 2021].

Fórum de Secretários de Meio Ambiente das Capitais Brasileiras (CB27), Encontros, "XIV Encontro Nacional – Inovação e Soluções Locais pelo Clima - Teresina" [on-line], Brasil, 2018b, < <http://www.forumcb27.com.br/encontro-nacional-teresina> > [Consulta: 22 de janeiro de 2021].

Fórum de Secretários de Meio Ambiente das Capitais Brasileiras (CB27). (2019). *7 Anos em Perspectiva: Relatório de Atividades do Fórum CB27 (2012-2019)*. Rio de Janeiro: CB27.

Fórum de Secretários de Meio Ambiente das Capitais Brasileiras (CB27). (2020a). *Caderno de Transição*. Rio de Janeiro: CB27.

Fórum de Secretários de Meio Ambiente das Capitais Brasileiras (CB27), Encontros, "Encontro do CB27 discute legislações ambientais de Curitiba e Porto Alegre" [on-line], Brasil, 2020b, < <http://www.forumcb27.com.br/encontro-do-cb27-discute-legislacoes-ambientais-de-curitiba-e-porto-alegre> > [Consulta: 11 de fevereiro de 2021].

Fórum de Secretários de Meio Ambiente das Capitais Brasileiras (CB27), Encontros, "XIX Encontro Nacional do CB27" [on-line], Brasil, 2020c, <<http://www.forumcb27.com.br/xix-encontro-nacional-do-cb27>> [Consulta: 22 de janeiro de 2021].

Fórum de Secretários de Meio Ambiente das Capitais Brasileiras (CB27), Encontros, "Diálogo Virtual do CB27" [on-line], Brasil, 2020d, <<http://www.forumcb27.com.br/dialogo-virtual-do-cb27>> [Consulta: 22 de janeiro de 2021].

Fórum de Secretários de Meio Ambiente das Capitais Brasileiras (CB27), About CB27, "About CB27" [on-line], Brasil, <http://www.forumcb27.com.br/en/conheca-o-cb27?camera_language=en> [Consulta: 17 de dezembro de 2020].

FREY, K. (2018). "Governança multinível e desenvolvimento regional sustentável" em CARNEIRO, J. M. B. e FREY, K. (coord.). *Governança Multinível e Desenvolvimento Regional Sustentável*. São Paulo: Oficina Municipal, pp. 9-20.

ICLEI, Quem Somos, "História" [on-line], Brasil, <<https://americadosul.iclei.org/quem-somos/>> [Consulta: 23 de janeiro de 2021].

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e Fundação Getúlio Vargas (FGV). (2015). *Fortalecendo a Gestão Ambiental Municipal: Mecanismos financeiros e viabilização de boas práticas*.

Instituto Talanoa (Talanoa). (2020). A Política Nacional de Mudança do Clima em 2020: estados de metas, mercados e governança assumidos na Lei 12.187/2009. *Notas Técnicas*, volume 1, pp. 1-83.

Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC), About, "About the IPCC" [on-line], <<https://www.ipcc.ch/about/>> [Consulta: 15 de janeiro de 2021].

Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC), Reports, "AR5 Synthesis Report: Climate Change 2014" [on-line], <<https://www.ipcc.ch/report/ar5/syr/>> [Consulta: 15 de janeiro de 2021].

Julio, E., Santos K., Morais, S. e Neto, A. F. (2017). "Estruturação de Aplicação da Análise do Conteúdo". *Revista Ciências Exatas*, v. 3, n. 2, 2017, pp. 19-29.

Macedo, L. V. (2017). *Participação de Cidades Brasileiras na Governança Multinível das Mudanças Climáticas*. Tesis de doctorado en Ciência Ambiental, diciembre.

Milani, C. R. S. y Ribeiro, M. C. M. (2011). International Relations and the Paradiplomacy of Brazilian Cities: Crafting the Concept of Local International Management. *Brazilian Administration Review*, volume 8, número 1, Janeiro/Março, pp. 21-36.

Observatório do Clima (OC), Home, "Proposta do Observatório do Clima para a 2ª Contribuição Nacionalmente Determinada do Brasil no âmbito do Acordo de Paris" [on-line], Brasil, 2020, <<https://www.oc.eco.br/proposta-observatorio-clima-para-2a-contribuicao-nacionalmente-determinada-brasil-no-ambito-acordo-de-paris/>> [Consulta: 17 de janeiro de 2021].

Ostrom, E. (2009). "A Polycentric Approach for Coping with Climate Change". *Policy Research Working Paper Series*, volume 5095, pp. 1-54.

Pereira, Marina. (2016). *O Novo Papel Das Cidades No Contexto Do Desenvolvimento Sustentável: O caso do CB27*. Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de especialização no curso de Pós Graduação em Meio Ambiente na Coordenação dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia - COPPE da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Rodrigues, G. M. A. (2008). Relações Internacionais Federativas no Brasil. *Revista Dados*, volume 51, número 4, pp. 1015-1034.

Rosenau, J. N. (1992), Governance, Order, and Change in World Politics. Rosenau, J. N. e CZEMPIEL, Ernest-otto (coord.). *Governance Without Government: Order and Change in World Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 1-29.

Sá-Silva, J. R., de Almeida, C. D. e Guindani, J. F. (2009). "Pesquisa Documental: Pista teóricas e metodológicas". *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, n. 1, Julio de 2009, pp. 1-15.

United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC), Process and meetings, "What is the United Nations Framework Convention on Climate Change?" [on-line], <<https://unfccc.int/process-and-meetings/the-convention/what-is-the-united-nations-framework-convention-on-climate-change>> [Consulta: 15 de janeiro de 2021].

United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC), Process and meetings, "What is the Paris Agreement?" [on-line], <<https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/the-paris-agreement>> [Consulta: 15 de janeiro de 2021].

Anexo 1: Pesquisa documental

Indicador 1. Presença de um indivíduo comprometido, com apoio institucional para a promoção da proteção do clima

1.1. CARTA DE SALVADOR: CRIAÇÃO DO FÓRUM DAS CAPITAIS BRASILEIRAS - CB27, 2013

Tipo de documento: Carta de posicionamento

Índice: Arcabouço institucional

Conteúdo: Todo o conteúdo deste documento é relevante para a análise.

1.2. ENCONTRO REGIONAL DO CB27 EM MANAUS, 2014

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Trocas de experiências/políticas públicas

Conteúdo: "Após a discussão, os representantes dos estados amazônicos tiveram a oportunidade de falar sobre as melhores práticas na sua cidade. Heraldo Texeira Monteiro, secretário de Macapá, apresentou um projeto de reaproveitamento de madeira velha, construindo bancos e outros mobiliários. Kátia Schweickhardt se referiu à organização institucional tomando a Secretária Municipal de Meio Ambiente de Manaus (SEMMAS) como exemplo de boa prática. Daniel Peixoto, secretário de meio ambiente de Boa Vista, explicou a integração dos povos indígenas nos projetos ambientais, e Sílvia Costa Brilhante, secretária ambiental de Rio Branco junta com a sua colega Cleuza Migamonte, apresentaram a importância da educação ambiental das crianças através de projetos que envolvem atividades como o plantio de árvores, a horticultura e visitas a trilhas ecológicas."

1.3. JORNADA NACIONAL: CIDADES AVANÇAM NO ENFRENTAMENTO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS, 2014

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Trocas de experiências/políticas públicas
Ferramentas/projetos climáticos locais

Conteúdo: "O Projeto Estratégias de Desenvolvimento Urbano de Baixo Carbono (Urban LEDS) foi apresentado no primeiro dia de evento, com foco na metodologia e ferramentas disponíveis para cidades brasileiras. As duas cidades modelo no Brasil, Recife e Fortaleza, fazem parte do CB27 e relataram durante a jornada a evolução de suas experiências rumo a uma estratégia

municipal para o desenvolvimento de baixo carbono. Cida Pedrosa, Secretária de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Recife ressaltou a importância do engajamento e integração das diversas Secretarias Municipais por meio do GECLIMA e dos atores locais relevantes por meio do COMCLIMA, falou sobre o desenvolvimento do primeiro Inventário Municipal de GEE da região Nordeste, da Política Municipal de Mudanças Climáticas e Sustentabilidade, bem como do momento atual de implementação ações rápidas como a instalação de lâmpadas de LED na iluminação pública e da construção do Plano de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima. A Secretária de Urbanismo e Meio Ambiente de Fortaleza, Águeda Muniz, falou também sobre o desenvolvimento do Inventário de GEE de Fortaleza e anunciou o recém-criado Fórum de Mudanças Climáticas (Forclima), que tem como principal objetivo conscientizar e mobilizar a sociedade para o aprimoramento de estratégias e discussões sobre as mudanças do clima e promoção do desenvolvimento sustentável, inclusive e de baixo carbono."

1.4. VI ENCONTRO NACIONAL DO CB27 EM NATAL, 2015

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Arcabouço institucional

Conteúdo: "Já Delio Malheiros, coordenador do Fórum e vice-prefeito de Belo Horizonte, assegurou com convicção que o CB27 tem mostrado ao país a importância do meio ambiente e da gestão ambiental."

1.5. VI ENCONTRO NACIONAL DO CB27 EM NATAL, 2015

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Interação/cooperação multinível

Conteúdo: "Carlos Alberto Muniz, secretário de Meio ambiente do Rio de Janeiro, sugeriu a possibilidade de que o CB27 desenvolva mais trabalhos em conjunto com a Anamma tais como atividades de treinamento e trocas de experiências. Seria mais uma forma de integrar e agregar valor às duas instituições. Ainda no âmbito de Fórum de trocas Muniz comentou sobre o trabalho do C40, que tem sido um elemento de projeção internacional nas atividades de integração em nível subnacional e pode ser uma parceira relevante para o CB27, já que Eduardo Paes, prefeito do Rio, é o atual chairman dessa rede."

1.6. CB27 E SEMINÁRIO CIDADES RESILIENTES: COMUNIDADE E CLIMA, 2015

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Trocas de experiências/políticas públicas

Conteúdo: “As mudanças Climáticas não se encontram mais na nossa porta, e sim dentro das nossas casas.” Foi com essa frase de impacto que o secretário de Meio Ambiente de Curitiba abriu o Seminário Cidades Resilientes. Renato, que além de secretário também atua como especialista-consultor da ONU para o tema desastres ambientais e naturais da UNDAC - United Nations Disaster Assessment and Coordination, continuou sua fala demonstrando a importância do seminário como uma forma de disseminação de informações e experiências na área da resiliência para as cidades. [...] Em um segundo momento do Seminário foi apresentado casos de organização comunitária para resiliência. Renato Lima apresentou o que Curitiba vem fazendo, enquanto Nelson Franco, gerente de mudanças climáticas da prefeitura do Rio, teve a oportunidade de mostrar os exemplos da prefeitura do Rio, enfatizando o importante trabalho do Centro de Operações que possibilita um planejamento estratégico para a resiliência da cidade.”

1.7. CB27 EM MACAPÁ E NATAL, 2015

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Trocas de experiências/políticas públicas

Conteúdo: “Após dois dias em Macapá, a visita continuou em Natal, onde já no primeiro dia o secretário de meio ambiente, Marcello Rosado, preparou uma visita a uma Fazenda eólica em Rio do Fogo, na qual além da produção de energia, existe um projeto de educação ambiental e conscientização sobre o uso da energia.”

1.8. 14º ENCONTRO REGIONAL DO CB27 EM FORTALEZA, 2016

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Trocas de experiências/políticas públicas

Ferramentas/projetos climáticos locais *Conteúdo:* “Maria Águeda Muniz, secretária de Meio ambiente de Fortaleza, apresentou os planos de ação e metas da secretaria municipal de urbanismo e meio ambiente para a redução de emissões de GGE. Ela insistiu na importância do vínculo entre o ambiente natural e as áreas urbanas, e assim da necessidade de integrar a política urbana e a política ambiental. Délio Malheiros, vice-prefeito e secretário de Meio Ambiente de Belo Horizonte, apresentou as estratégias da prefeitura de Belo Horizonte. Além disso, ressaltou que era primordial por

um lado internacionalizar as cidades em parceria com todos os organismos mundiais e por outro mudar as mentalidades dos cidadãos. Nelson Moreira Franco, secretário executivo do CB27 e gerente de mudanças climáticas da Prefeitura do Rio de Janeiro, expôs os principais projetos da cidade, e enfatizou especialmente o trabalho do Centro de Operações de Rio de Janeiro. Fazendo o monitoramento permanente da cidade, este centro coordena e planeja todas as ações em momentos de crise, como por exemplo em situações de emergência climática. Na última parte da conferência, os casos de sucesso das capitais brasileiras da região nordeste foram listados. André Fraga, da prefeitura de Salvador, destacou o conceito de IPTU Verde, uma iniciativa para incentivar empreendimentos imobiliários residenciais, comerciais, mistos ou institucionais a realizarem e contemplarem ações e práticas de sustentabilidade em suas construções. Para isso, oferece descontos diretamente no IPTU, de acordo com suas realizações. Cida Pedrosa, Secretária de Meio Ambiente de Recife e Maurício Guerra, Secretário Executivo de Sustentabilidade do Recife, apresentaram o planejamento urbano ambiental com baixa emissão de carbono da cidade de Recife. Segundo ambos, a prioridade tem que ser a questão do transporte público e das infraestruturas em ciclovias, para descongestionar a cidade.”

1.9. SUSTENTABILIDADE NAS CIDADES PASSA POR APROXIMAR MEIO AMBIENTE DA EDUCAÇÃO, DEFENDE FÓRUM CB27, 2017

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Trocas de experiências/políticas públicas

Conteúdo: “As capitais Recife, Salvador, Goiânia, Curitiba, Boa Vista e Vitória apresentaram algumas de suas estratégias de valorização e aproximação do meio ambiente junto à população, e apresentaram exemplos de: hortas urbanas, campanhas sobre árvores nativas nas redes sociais, delivery de mudas, eco-móveis, clipes e personagens que representam elementos da natureza, trilhas interpretativas, aulas, formações de professores e atividades lúdicas sobre meio ambiente. Muitas dessas iniciativas focam no público de crianças e jovens, com o objetivo de sensibilizá-los sobre o cuidado com o meio ambiente e a importância de sua integração com o dia a dia da cidade desde cedo.”

1.10. ENCONTRO REGIONAL - ARBORIZAÇÃO URBANA - MANAUS, 2018*Tipo de documento:* Ata de reunião*Índice:* Trocas de experiências/políticas públicas

Conteúdo: “Outros assuntos abordados serão a gestão de áreas protegidas, com o Projeto Corredor Ecológico Urbano do Sauim-de-Coleira, iniciativa pioneira da Prefeitura de Manaus de criar o Corredor Ecológico Urbano do Sauim de Coleira, o primeiro do País, criado no contexto urbano do Brasil com a finalidade de garantir a conservação de uma espécie ameaçada de extinção, e a Flora Amazônica no Contexto Urbano, que tratará sobre os desafios da introdução de espécies da flora nativa da Amazônia na área urbana. Contou como palestrantes a subsecretária municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade, Aldenira Queiroz; o diretor de Áreas Protegidas da Semmas, Márcio Bentes, e o professor e pesquisador Cid Ferreira, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa).”

1.11. RELAÇÃO ENTRE SAÚDE NAS CIDADES E MUDANÇAS CLIMÁTICAS É FOCO DE DEBATE DO XIII ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM CB27, 2018*Tipo de documento:* Ata de reunião*Índice:* Trocas de experiências/políticas públicas
Interação/cooperação multinível

Conteúdo: “Após o Seminário, os Secretários de Meio Ambiente participaram de dinâmicas para compartilhar suas políticas e iniciativas em andamento e discutiram os desafios comuns que suas cidades enfrentam. Os gestores identificaram cinco pautas prioritárias, tais como: arborização urbana, resíduos, educação não formal, mobilidade urbana e controle de riscos para o intercâmbio de conhecimento entre elas. Nesta oportunidade, os gestores públicos tiveram a oportunidade de interagir com organizações convidadas de diversos setores, como: AdaptaClima, BYD, CDP, ITDP, Projeto Hospitais Saudáveis/Campanha Cidade sem Máscaras, UNIMED e WRI.”

1.12. XIV ENCONTRO NACIONAL - INOVAÇÃO E SOLUÇÕES LOCAIS PELO CLIMA - TERESINA, 2018*Tipo de documento:* Ata de reunião*Índice:* Ferramentas/projetos climáticos locais

Conteúdo: “A abertura aconteceu às 19 horas, momento em que ocorreu a assinatura pelo prefeito Firmino Filho do Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e Energia, movimento global de compromissos voluntários dos governos locais para enfrentamento à mudança do clima. O prefeito de Teresina também apresentou a política climática da cidade e fala sobre os desafios e oportunidades que vê para o desenvolvimento local da capital do Piauí.”

1.13. “REINTEGRAR A NATUREZA NAS CIDADES É UM IMPERATIVO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”, INDICA O XV ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM CB27, 2018*Tipo de documento:* Ata de reunião*Índice:* Arcabouço institucional

Trocas de experiências/políticas públicas *Conteúdo:* “Sediado por uma capital considerada referência nacional em conservação e integração da natureza no planejamento urbano, o encontro identificou formas de incorporar a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos no planejamento territorial, na gestão do uso do solo, no desenvolvimento econômico local e em projetos de infraestrutura. ‘As cidades podem ajudar a salvar o planeta’, afirmou o prefeito de Curitiba, Rafael Greca. A cidade possui 63 m² de área verde por habitante e 44 parques. ‘Curitiba vem se consolidando com uma política ambiental bastante consistente, mas sente todos os desafios das grandes cidades brasileiras, que é a pressão pela ocupação urbana, as demandas por saneamento e recursos naturais, como a água’, explicou a Secretária de Meio Ambiente da cidade, Marilza Dias. ‘Foi uma ótima experiência receber em nossa cidade os secretários de meio ambiente das capitais brasileiras, trazendo a troca de experiências e a importância do fortalecimento das políticas públicas e do reforço do papel que tem as cidades na conservação do meio ambiente no nosso país’, concluiu.”

1.14. XVII ENCONTRO NACIONAL DO CB27 - RECIFE, 2019*Tipo de documento:* Ata de reunião*Índice:* Trocas de experiências/políticas públicas
Ferramentas/projetos climáticos locais

Conteúdo: “O 17º Encontro Nacional do Fórum de Secretários de Meio Ambiente das Capitais Brasileiras – CB27 foi realizado nesta terça-feira (05/11) no Recife, e teve como foco a temática da Eficiência Energética. Presente no encontro, o atual presidente do ICLEI e prefeito de Recife, Geraldo Julio (PSB), destacou a importância dos municípios, especialmente as capitais, atuarem para inovar e atingir a redução das emissões dos gases do efeito estufa e citou alguns exemplos de ações do Recife, como a expansão da iluminação em LED na cidade com o Ilumina Recife e o projeto de Eficiência Limpa que será implantado no Hospital da Mulher do Recife. [...] Secretária em exercício de Meio Ambiente do Recife, Raquel Moraes destacou algumas das ações realizadas pela Prefeitura do Recife e apresentadas no encontro. ‘O Recife é a 16ª cidade mais vulnerável à mudança climática do mundo, segundo dados do IPCC. A Prefeitura vem realizando políticas públicas de enfrentamento como Política de Sustentabilidade e de Enfrentamento das Mudanças Climáticas do Recife sancionada em 2014, inventário de emissão dos Gases do Efeito Estufa (GEE), a requalificação do Jardim Botânico, entre outros’, afirmou.”

1.15 BANDEIRA VERDE – CAPITAIS PELA BIODIVERSIDADE, 2020

Tipo de documento: Carta de posicionamento

Índice: Arcabouço institucional
Trocas de experiências/políticas públicas
Ferramentas/projetos climáticos locais

Conteúdo: “O projeto Bandeira Verde – Capitais pela Biodiversidade compartilha sua data de lançamento com um importante marco: o dia do Meio Ambiente, celebrado em 05 de junho - a data em 2020 é guiada pela temática da biodiversidade. Sua proposta é a criação de uma rede de troca de sementes de espécies ameaçadas, garantindo a conservação da flora brasileira em risco de extinção e propondo o seu uso sustentável. A iniciativa é alinhada com um dos princípios do Fórum CB27: cooperação nos temas da biodiversidade e restauração. Também reforça o importante papel e compromisso dos governos locais com a agenda de biodiversidade, em um momento estratégico, dado que a próxima Conferência das Partes (COP15) da Convenção da Diversidade Biológica (CDB), que acontecerá em 2021, na China, tem como objetivo estabelecer novas metas globais para a conservação da biodiversidade.”

1.16 DIÁLOGO VIRTUAL DO CB27, 2020

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Arcabouço institucional
Trocas de experiências/políticas públicas

Conteúdo: “Para Bernardo Egas, secretário municipal do Meio Ambiente do Rio de Janeiro e coordenador nacional do CB27, as cidades que participam do Fórum estão muito empenhadas para colocarem em ação projetos como o Bandeira Verde. ‘Os gestores ambientais terão a função de mostrar um caminho positivo para a retomada pós-crise’, avalia.”

Indicador 2. Disponibilidade de financiamento para medidas de proteção do clima**2.1. 2º ENCONTRO DE SECRETÁRIOS DE MEIO AMBIENTE DAS CAPITAIS BRASILEIRAS, 2013**

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Questões econômicas
Interação/cooperação multinível

Conteúdo: “O 2º Encontro de Secretários foi inaugurado pelo prefeito de Porto Alegre, José Fortunati, quem realçou a importância das cidades como responsáveis diretas pela qualidade de vida dos cidadãos. Para cumprir esse papel, os municípios precisam de recursos financeiros que reduzam as suas dívidas e possibilitem a execução das suas tarefas. Normalmente, as verbas do governo federal são repassadas aos estados. [...] Além de executivos de órgãos municipais e vários especialistas, também esteve presente o diretor do Banco Mundial para o Desenvolvimento Sustentável na América Latina e no Caribe, Gregor V. Wolf. Ele apresentou a estrutura do banco e informou sobre os programas de apoio financeiro. Futuros projetos em nome da CB-27 poderiam não somente ser financiados, como também contar com ajuda de consultoria técnica.”

2.2. CRIAÇÃO DO FÓRUM CB27, 2013

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Questões econômicas
Interação/cooperação multinível

Conteúdo: “Klaus Fricke do GIZ apresentou as possibilidades para a valorização da fração orgânica pela biodigestão e compostagem na gestão de resíduos sólidos urbanos. Fabricio Dorado Soler apresentou as parcerias públicas privadas (PPP), oportunidades de cooperação entre as comunidades e o setor privado na gestão de resíduos sólidos, que agora são muito utilizadas no Brasil. Tomás Felipe Tintinago, secretário de Meio Ambiente em Medellín, Colômbia compartilhou suas experiências da transformação do morro de lixo para uma área utilizável pela população. Na área de transporte público, Adalberto Maluf, diretor da rede C40 em São Paulo, contou sobre os testes e os benefícios dos ônibus eletrônicos na América Latina.”

2.3. ENCONTRO REGIONAL DO CB27 NO NORDESTE, 2014

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Arcabouço institucional
Questões econômicas
Interação/cooperação multinível

Conteúdo: “Em antecipação à apresentação de casos de sucessos pelos estados, distintas instituições como o ICLEI (International Council for Local Environmental Initiatives), WRI (World Resources Institute) bem como o grupo C40 de grandes cidades, apresentaram algumas opções para uma cooperação institucional com o grupo CB27. O encontro também contou com a presença do Ministério Nacional do Meio Ambiente, representado por Karen Cope, que apresentou o fundo para projetos de meio ambiente do ministério e indicou caminhos para que as Secretarias regionais possam aproveitá-lo melhor.”

2.4. V ENCONTRO NACIONAL DO CB27, 2014

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Questões econômicas
Interação/cooperação multinível

Conteúdo: “Os inventários de gases de efeito estufa estiveram no centro dos debates do CB27. Na ocasião, o Ministério do Meio Ambiente apresentou o seu Fundo Nacional do clima e as oportunidades de obtenção de financiamento. Os secretários de meio ambiente contribuíram demonstrando as dificuldades em processos anteriores e pediram informações sobre a rejeição dos pedidos nos últimos anos para que possam adaptar os documentos de acordo com o que é requerido.”

2.5. JORNADA NACIONAL: CIDADES AVANÇAM NO ENFRENTAMENTO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS, 2014

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Questões econômicas
Interação/cooperação multinível

Conteúdo: “Essa foi uma das tônicas do evento, promover oportunidades de diálogo entre os governos locais, governo federal e atores internacionais para integração das ações. A Política Nacional sobre Mudança do Clima foi apresentada com menção ao baixo engajamento das Prefeituras na construção e mecanismos de implementação dos planos setoriais de mitigação, e que o mesmo não poderá ocorrer com o Plano Nacional de Adaptação, que está em construção pelo Ministério do Meio Ambiente. Ao

longo dos três dias de evento, as Prefeituras tiveram oportunidades de mostrar suas ações em curso pelo desenvolvimento de baixo carbono e apresentaram seus pleitos ao Governo Federal, em especial por acesso a recursos para engajar novas cidades e apoiar o avanço da implementação das estratégias locais existentes, através do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima ou outros mecanismos existentes.”

2.6. ALTERNATIVAS PARA ESCASSEZ FINANCEIRA E DEFESA DA AUTONOMIA DE MUNICÍPIOS PAUTAM X ENCONTRO NACIONAL DO CB27, EM BRASÍLIA, 2017

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Questões econômicas
Interação/cooperação multinível

Conteúdo: “Focados em discutir as lacunas no acesso ao financiamento para municípios, uma das dificuldades levantadas pelas capitais brasileiras foi o processo para obter recursos de instituições financeiras internacionais, como bancos multilaterais e de fomento, cujos processos são considerados burocráticos e demorados. A executiva principal de Ambiente e Mudanças Climáticas do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), Cecília Guerra, vê os municípios como atores essenciais e com crescente relevância para a implantação de projetos voltados para o desenvolvimento sustentável, principalmente em setores nos quais há as maiores demandas, como infraestrutura e logística, mobilidade, estruturação de serviços básicos como saneamento e resiliência às mudanças climáticas. [...] Instituições financeiras regionais e internacionais têm modificado suas abordagens, acompanhando principalmente portfólios em Finanças Verdes e Mudanças Climáticas, afirmou Cecília. Para ela, está ocorrendo uma mudança no foco dos recursos para acompanhar as tendências globais que estão fortalecidas pelos recentes acordos globais de sustentabilidade - Agenda 2030 e ODS, Acordo de Paris sobre clima, Nova Agenda Urbana, Metas de Aichi para a Biodiversidade - para investimento em infraestrutura e projetos em desenvolvimento urbano sustentável. A tendência é que exista maior disponibilidade de recursos para esses projetos, afirmou.”

2.7. ALTERNATIVAS PARA ESCASSEZ FINANCEIRA E DEFESA DA AUTONOMIA DE MUNICÍPIOS PAUTAM X ENCONTRO NACIONAL DO CB27, EM BRASÍLIA, 2017

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Questões econômicas
Interação/cooperação multinível

Conteúdo: “Outro questão destacada na discussão promovida durante o X Encontro Nacional do CB27 foi o acesso pelos municípios a recursos de fundos públicos nacionais, como o Fundo Clima e o Fundo Amazônia. O Diretor do Departamento de Recursos Externos da Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Eliomar Wesley Ayres da Fonseca Rios, relatou que com o recente contingenciamento de 43% do orçamento do MMA, o acesso a esses recursos está comprometido. O CB27 reivindicou maior diálogo com o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério das Cidades para estabelecer um edital de fomento às capitais brasileiras, item que foi destacado na Carta de Brasília pela Sustentabilidade.”

2.8. ALTERNATIVAS PARA ESCASSEZ FINANCEIRA E DEFESA DA AUTONOMIA DE MUNICÍPIOS PAUTAM X ENCONTRO NACIONAL DO CB27, EM BRASÍLIA, 2017

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Questões econômicas
Interação/cooperação multinível

Conteúdo: “Outros importantes instrumentos para alavancar os recursos nos municípios foram levantados durante o debate, como a transferência da cota municipal da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) e acesso a recursos no âmbito da iniciativa privada, por meio de Parcerias Público-Privadas e de plataformas que identificam demandas e ofertas de financiamento com empresas, conforme experiências compartilhadas pelo CDP Cities e CEBDS.”

2.9. DESCENTRALIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA AS CAPITAIS BRASILEIRAS, 2017

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: econômicas

Interação/cooperação multinível

Conteúdo: “Mario Mantovani, Diretor Executivo da SOS Mata Atlântica, apresentou a proposta da ANAMMA para que a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) seja transferida para os municípios.”

2.10. DESCENTRALIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA AS CAPITAIS BRASILEIRAS, 2017

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Questões econômicas
Trocas de experiências/políticas públicas

Conteúdo: “Durante as trocas de experiências, no qual boas práticas de algumas cidades foram apresentadas, foram relatadas experiências de automatização do licenciamento, por meio de sistemas online por Fortaleza e Rio Branco. Além da otimização do tempo, o processo igualmente permitiu ganhos como o aumento da arrecadação com licenciamento e o conhecimento mais profundo das demandas da cidade.”

2.11. CAPITAIS BRASILEIRAS DEFENDEM DESCENTRALIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL E AUTONOMIA DO MUNICÍPIO, 2017

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Questões econômicas
Interação/cooperação multinível

Conteúdo: “Também em parceria com a ANAMMA, o grupo quer garantir o repasse de recursos da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) aos municípios como forma de fortalecer a atuação das cidades no licenciamento. Para isso, vai se juntar à ANAMMA e à Fundação SOS Mata Atlântica no diálogo com o IBAMA para viabilizar o repasse desses recursos.”

2.12. “REINTEGRAR A NATUREZA NAS CIDADES É UM IMPERATIVO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”, INDICA O XV ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM CB27, 2018

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Interação/cooperação multinível

Conteúdo: “Nesta ocasião, o prefeito Rafael Greca celebrou a assinatura do termo de parceria com a organização Plant-for-the-Planet, por meio do qual realizará 40 academias de educação ambiental em escolas municipais para abordar as mudanças climáticas, além do plantio de 10 mil árvores até 2020.”

Indicador 3. Nível de poder local sobre setores críticos às mudanças climáticas

3.1. Carta Rio pela Sustentabilidade, 2012

Tipo de documento: Carta de posicionamento

Índice: Questões econômicas
Interação/cooperação multinível

Conteúdo: “Destacando o papel das cidades no processo de adaptação às mudanças climáticas e ressaltando a necessidade do avanço desta agenda;

DECLARA

Ser necessário avançar na integração do nível local no processo de governança para a sustentabilidade, de forma intersetorial, por meio da criação e do funcionamento, de forma transversal, nos diversos níveis de governo, dos Conselhos de Desenvolvimento Sustentável e do estabelecimento de uma relação contínua entre as esferas global e locais na nova estruturação institucional nas Nações Unidas para a sustentabilidade global;

Considerando a grande carência de recursos disponíveis, ser fundamental o acesso direto a estes para: o fortalecimento das capacidades institucionais e operacionais dos governos locais, o apoio a formação de quadros para a formulação e implementação de Projetos e Planos de Ação Locais, ao fomento do conhecimento científico e a transferência de tecnologias para o desenvolvimento sustentável;

Ser importante a adoção de parâmetros novos para a mensuração do desenvolvimento que possam ir além dos atualmente admitidos para a formação do Produto Interno Bruto, uma vez que este índice mostra-se insuficiente para contabilizar os pilares sociais e ambientais que sustentam, conjuntamente com o econômico, o desenvolvimento sustentável, ser ainda premente a criação dos indicadores de sustentabilidade e de um sistema de metas e fundamental a produção dos relatórios de sustentabilidade;”

Índice: Arcabouço institucional
Trocas de experiências/políticas públicas
Ferramentas/projetos climáticos locais

Conteúdo:
“COMPROMETE-SE

1. A difundir e apoiar a adesão a programas de cidades sustentáveis que ofereçam ferramentas à sociedade para sinalizar a seus governantes o futuro que se deseja e o acompanhamento dos desempenhos das cidades, na busca da sustentabilidade;
2. A assumir o compromisso voluntário de organizar um banco de tecnologias sociais, ambientais e econômicas para a sustentabilidade das cidades brasileiras, reunindo em um espaço virtual as iniciativas em curso

que demonstrem de maneira específica, mensurável e verificável o que os governos locais vêm fazendo em prol do desenvolvimento sustentável a fim de incrementar a visibilidade das ações e permitir a sua replicabilidade;

3. A redobrar esforços para que a educação ambiental seja tratada como elemento fundamental para a construção de uma sociedade sustentável, incorporando conhecimentos para a revisão de atitudes e valores;
4. Em buscar o estabelecimento, junto aos comunicadores de massa, de um pacto positivo para a sustentabilidade;
5. Em fomentar projetos de infraestrutura verde visando a uma melhor integração entre o ambiente natural e o construído;
6. Em formular os estudos técnicos necessários ao planejamento de iniciativas dos municípios, tais como inventários de emissões de GEE, mapas de vulnerabilidade e inventários de biodiversidade urbana;
7. A estabelecer encontros bianuais, a serem realizados em uma capital previamente determinada pelo CB-27;”

3.2. 2º ENCONTRO DE SECRETÁRIOS DE MEIO AMBIENTE DAS CAPITAIS BRASILEIRAS, 2013

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Ferramentas/projetos climáticos locais

Conteúdo: “Marina Grossi, presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), e Emílio Lèbre La Rovere, diretor do „Centro Clima“ da Universidade Federal do Rio de Janeiro, foram alguns dos outros palestrantes que informaram sobre a importância dos programas de controles e redução de gases de efeito estufa nas capitais. Hoje, cerca de 70% de todas as emissões são oriundas das cidades.”

3.3. ENCONTRO REGIONAL DO CB27 NO NORDESTE, 2014

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Trocas de experiências/políticas públicas

Conteúdo: “A troca de experiências entre os Secretários de Meio Ambiente das capitais brasileiras do Nordeste gerou, desde a criação do CB27, ampla cooperação entre várias cidades. Isto foi enfatizado novamente por Edilton Nobrega, cujo projeto para o uso de lâmpadas LED surgiu dos encontros com os outros Secretários. O encontro regional do CB27 em João Pessoa terminou com a publicação da Carta de João Pessoa, destacando a necessidade de futuros projetos considerando as mudanças climáticas. O documento foi assinado por todos os Secretários presentes.”

3.4. V ENCONTRO NACIONAL DO CB27, 2014

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Ferramentas/projetos climáticos locais

Conteúdo: “Os governos locais não são apenas os poluidores, mas eles também proporcionam oportunidades para atender as mudanças climáticas. Em consonância com o princípio da subsidiariedade, as soluções devem ser encontradas principalmente em áreas onde surgem problemas. Portanto, questões como a gestão de resíduos ou de transportes públicos foram o foco de várias palestras e workshops. Como base para os processos de decisão e de gestão, dentro dos municípios, foi discutida a criação de inventários de gases de efeito estufa para as cidades. As estatísticas de emissões devem permitir a identificação da causa dos gases e estabelecer as medidas adequadas.”

3.5. V ENCONTRO NACIONAL DO CB27, 2014

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Trocas de experiências/políticas públicas

Conteúdo: “Durante a tarde as cidades membros apresentaram propostas de projetos do CB27 para a elaboração de inventários de gases de efeito estufa e estratégias atuais para reduzir as emissões. [...] O evento terminou com uma visita a projetos de sucesso da cidade de Belo Horizonte, dentro de sua política ambiental e climática, incluindo os ônibus expressos existentes desde junho, com o objetivo de melhorar o transporte público.”

3.6. JORNADA NACIONAL: CIDADES AVANÇAM NO ENFRENTAMENTO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS, 2014

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Interação/cooperação multinível

Conteúdo: “As cidades também destacaram seu interesse em participar das discussões internacionais sobre o tema, e tiveram oportunidade de ouvir sobre a posição brasileira junto à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima diretamente do Ministro Chefe da Divisão de Clima, Ozônio e Segurança Química, que acompanhou a Jornada durante dois dias.”

3.7. JORNADA NACIONAL: CIDADES AVANÇAM NO ENFRENTAMENTO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS, 2014

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Arcabouço institucional
Questões econômicas
Trocas de experiências/políticas públicas
Ferramentas/projetos climáticos locais
Interação/cooperação multinível

Conteúdo: “Documento de acordo entre os Secretários participantes do CB27, a Carta de Belo Horizonte coloca uma série de compromissos de ação para as cidades, que incluem o empenho conjunto pela construção de uma linha de financiamento na área de monitoramento e avaliação junto ao Fundo Nacional de Mudanças do Clima; que todas as capitais terão até a COP21 da CQNUMC seus inventários de emissão de gases de efeito estufa, bem como suas ações para mitigação e adaptação reportadas em plataforma global; que seguirão buscando o aprofundamento dos laços com os governos estaduais e federal; e que o CB27 adere ao processo global do Mapa do Caminho dos Governos Locais pelo Clima, a fim de acompanhar e contribuir com as discussões internacionais sobre mudanças climáticas desde a perspectiva dos governos locais.”

3.8. VI ENCONTRO NACIONAL DO CB27 EN NATAL, 2015

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Arcabouço institucional

Conteúdo: “É no município onde as coisas acontecem. Segundo Délio, não adianta o governo federal chegar aos EUA e prometer a diminuição do desmatamento. Isso não pode ser feito sem engajamento dos atores locais municipais. A própria ONU levou um tempo para reconhecer a importância dos governos subnacionais na luta contra as mudanças climáticas. Ainda segundo ele, o grande diferencial do CB27, é que mesmo com a constante mudança dos secretários o espírito de integração do Fórum continua.”

3.9. ENCONTRO REGIONAL DO FÓRUM CB27, 2015

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Trocas de experiências/políticas públicas
Ferramentas/projetos climáticos locais

Conteúdo: “Airton Melgaço da prefeitura do Rio apresentou o trabalho da área de licenciamento ambiental municipal do Rio de Janeiro. O licenciamento ambiental é um dos instrumentos de gestão ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente -SMAC, (DECRETO n.º 28.329 de

17/08/2007), para licenciar planos, programas, projetos e obras, localização, construção, instalação, modificação, a operação e a ampliação de atividades e empreendimentos, bem como o uso e a exploração de recursos ambientais de qualquer natureza. Finalizando as apresentações Marcus Alonso e William Resende apresentaram o Programa de qualificação de gestão ambiental. O programa, que atua no bioma da Amazônia, conta com projetos de orientação técnica e jurídica aos governos municipais e capacitação em gestão ambiental. Ao longo da tarde houve produtivas discussões temáticas entre os secretários e organizações presentes. Os temas 'Desmatamento e Mudanças Climáticas' e 'Recursos hídricos' encerraram o primeiro dia do encontro. No dia 28 a parte da manhã foi palco das discussões sobre 'Mobilidade Urbana' e 'Poluição Sonora e Licenciamento Ambiental'."

3.10. CB27 E SEMINÁRIO CIDADES RESILIENTES: COMUNIDADE E CLIMA, 2015

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Arcabouço institucional
Questões econômicas
Ferramentas/projetos climáticos locais

Conteúdo: "Foi nesse âmbito de governança global que os 11 secretários de meio ambiente presentes no encontro assinaram a carta de Curitiba. A carta declara a necessidade da elaboração de inventários de emissões de gases do efeito estufa, bem como pede apoio para a construção de marcos regulatórios das capitais. Além disso, a carta busca fazer uma demanda conjunta recursos financeiros e técnicos para evitar a elevação anual da temperatura média da terra a 2°C até o ano de 2100. Também foi acordada a criação de condições para a participação de uma delegação do CB-27 na COP 21."

3.11. 14º ENCONTRO REGIONAL DO CB27 EM FORTALEZA, 2016

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Trocas de experiências/políticas públicas
Ferramentas/projetos climáticos locais

Conteúdo: "Hugo Silva, assessor da Secretaria de Meio Ambiente de Maceió, escolheu o caso do projeto das estações de reciclagem para a cidade, que foi inspirado pelo caso de sucesso da cidade de Curitiba apresentado no V. Encontro Nacional do CB27 em Natal. Ele enfatizou a estratégia de converter as multas impostas para infrações ambientais em programas de educação ambiental, para mudar a mentalidade e os costumes cotidianos da população. Para Marcelo Rosado, secretário de meio ambiente de Natal, a questão da resiliência hídrica é de primeira importância para a capital do Rio Grande do Norte. Nessa perspectiva, o reuso da água é imperativo. Em seguida, foi apresentado o maior programa da cidade de Teresina, chamado 'Lagoas do norte', para enfrentar os problemas

de alagamento na zona norte da cidade, assim como a ausência de saneamento básico e coleta do lixo. Claudinei Feitosa, Secretário Executivo Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Teresina, explica que a solução seria indenizar ou retirar as famílias em áreas de risco para realocá-las em outras áreas da cidade. Marco Aurélio Ayes Diniz, secretário de meio ambiente de São Luís, apontou as oportunidades estratégicas da fiscalização para a cidade, através das multas pelas infrações ambientais. Daniel Pinho Bandeira apresentou o caso do Centro de Estudos e Práticas Ambientais de João Pessoa (no qual ele é diretor), que tem como principal atuação a sensibilização ambiental nas comunidades e no sistema de ensino do município. Segundo ele, a parte pedagógica para conscientizar as crianças e os adolescentes é fundamental. Por fim Edinaldo Santos, Diretor de Licenciamento ambiental de Aracaju, apontou as estratégias da Secretaria do Meio Ambiente de Aracaju."

3.12. VII ENCONTRO NACIONAL DO CB27 NO RIO DE JANEIRO, 2016

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Trocas de experiências/políticas públicas

Conteúdo: "Todos os participantes concordaram que a política ambiental sustentável é uma questão transversal, gerando impacto positivo em políticas de longo prazo. Eduardo Lima de Matos, secretário de meio ambiente da cidade de Aracaju, foi eleito coordenador do Fórum CB27. Aracaju, segundo Eduardo, iniciou a estruturação de uma secretaria de meio ambiente somente em 2013, e demonstrou o quanto o intercâmbio com outras capitais do CB27 foi importante durante esse processo. Os secretários de meio ambiente debateram possibilidade de este diálogo ser ainda mais eficaz no futuro - por exemplo, por novos formatos de eventos e um melhor intercâmbio de informações sobre demografia e meio ambiente."

3.13. ENCONTRO REGIONAL - RIO BRANCO, 2016

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Trocas de experiências/políticas públicas
Ferramentas/projetos climáticos locais

Conteúdo: "O fórum é formado pelos secretários de Meio Ambiente de todas as capitais e nesta edição, como nas anteriores, visou estimular na sociedade e na gestão pública a adoção de políticas municipais e planos de ação de mudanças climáticas que contemplem medidas de mitigação e adaptação. O encontro visou também o incentivo à realização de inventários da emissão dos gases de efeito estufa (GEE) e também a promoção da defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável."

3.14. APRESENTAÇÃO DOS NOVOS SECRETÁRIOS DO CB27 DURANTE SEMINÁRIO SOBRE CIDADES E MUDANÇAS CLIMÁTICAS, 2017

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Arcabouço institucional
Ferramentas/projetos climáticos locais

Conteúdo: "O encontro foi marcado pela apresentação dos novos secretários de meio ambiente das capitais brasileiras e também pelo alto nível de discussão proporcionado pela participação de atores protagonistas na urgente discussão sobre o efeito das mudanças climáticas nas cidades. Ministério da Cidade, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação apresentaram as políticas e Instrumentos nacionais que orientam as ações necessárias sobre mudança do clima no território brasileiro. Já o Dr. Carlos Nobre, presidente do Conselho Diretor do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, enfatizou em sua palestra magna o papel das cidades, que pode ser mais ambicioso do que o dos países na busca de soluções para o enfrentamento às mudanças climáticas. [...] Por fim o encontro foi finalizado pela leitura da Carta de Salvador pela Sustentabilidade, documento que resume o que foi levantado nas discussões e que determina compromissos a serem alcançados pelos gestores ambientais. As metas, que começaram a ser discutidas no encontro em Maceió do ano passado, foram debatidas e validadas pelo novo grupo de secretários:

Meta 1: a) Comprometer todos os Prefeitos das Capitais com Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e Energia, e cumprir etapas do compromisso; b) Desenvolver e apresentar plano de trabalho para aplicação das metas de compromissos climáticos locais. Meta 2: Garantir que Estratégia de Implementação e Financiamento da NDC Brasileira contemple as capacidades e demandas das cidades. Meta 3: Realizar 4 Encontros Nacionais sobre temas mais relevantes para as capitais para promover interações e conhecimento sobre estado da arte e boas práticas sobre os temas dos encontros Meta 4: Facilitar contato com pelo menos 15 instituições no ano nos temas selecionados pelos secretários Meta 5: Consolidar conhecimentos do Fórum em plataforma virtual acessível a todos Meta 6: Firmar parcerias com ANAMMAs Estaduais."

3.15. CAPITAIS BRASILEIRAS DEFENDEM DESCENTRALIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL E AUTONOMIA DO MUNICÍPIO, 2017

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Questões econômicas
Trocas de experiências/políticas públicas

Conteúdo: "Representantes das Prefeituras de João Pessoa, Fortaleza, Curitiba, Rio Branco, Belo Horizonte e Cuiabá apresentaram suas experiências de licenciamento ambiental e os desafios que enfrentam nesses processos. Fortaleza e Rio Branco relataram as experiências de automatização por meio

de sistemas online, o que permitiu ganhos como o aumento do arrecadação com licenciamento e o conhecimento mais profundo da cidade e de suas demandas. Gestores de todas as regiões do país relataram, ainda, dificuldades com a burocracia dos processos de licenças, atritos entre instituições de diferentes níveis de governo e a complexidade de implantação de projetos de infraestrutura. Entretanto, as capitais apontaram caminhos para superar os desafios e compartilharam soluções criativas para lidar com demandas como arborização, gestão de resíduos sólidos e uso do solo em políticas públicas focadas em sustentabilidade."

3.16. SECRETÁRIOS DE MEIO AMBIENTE DAS CAPITAIS BRASILEIRAS DISCUTEM "EDUCAÇÃO AMBIENTAL", 2017

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Ferramentas/projetos climáticos locais
Interação/cooperação multinível

Conteúdo: "No segundo dia, os secretários contribuíram para uma imensa mobilização de seus respectivos prefeitos na adesão ao Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e Energia. Durante a 72ª Reunião Geral da Frente Nacional de Prefeitos, fórum com o qual o CB27 tem atuado em conjunto, 23 capitais aderiram ao pacto que era a meta para o fórum de 2018. Na prática, o pacto se traduz no compromisso voluntário para planejar e agir no território com o objetivo de se adaptar à mudança do clima."

3.17. SOLUÇÕES INOVADORAS A SERVIÇO DA GESTÃO CLIMÁTICA SÃO ESSENCIAIS PARA QUALIDADE DE VIDA NAS CIDADES, APONTA 14ª EDIÇÃO DO ENCONTRO NACIONAL DO CB27, 2018

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Arcabouço institucional
Ferramentas/projetos climáticos locais

Conteúdo: "O XIV Encontro Nacional também marcou a reunião da Assembleia do Fórum CB27, oportunidade na qual foi revisado o planejamento estratégico para o ano de 2018, prioridades temáticas para aprofundamento ao longo dos encontros nacionais do CB27 e metas para o grupo. Definindo como temas centrais até o ano de 2020 – marco do fim das gestões municipais atuais – as temáticas de planejamento climático, energia e arborização, Secretários de Meio Ambiente das capitais brasileiras e seus representantes comprometeram-se com o cumprimento da meta de que todas as capitais brasileiras iniciem, ainda em 2018, os processos de elaboração de inventários de emissões de gases de efeito estufa. Da mesma maneira, estabeleceram como prioridade até 2019 o desenvolvimento dos planos de arborização urbana municipal em todas as capitais."

3.18. "REINTEGRAR A NATUREZA NAS CIDADES É UM IMPERATIVO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL", INDICA O XV ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM CB27, 2018

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Ferramentas/projetos climáticos locais

Conteúdo: "Na ocasião da Assembleia do Fórum CB27, foi celebrado o cumprimento de ter todas as capitais comprometidas com o Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e Energia, uma das metas estabelecidas pelo Fórum, e foi reafirmado o compromisso de dar continuidade aos próximos passos do planejamento climático."

3.19. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NAS CIDADES SERÁ PAUTA PRIORITÁRIA DE 2019, DECLARA O FÓRUM CB27, 2019

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Arcabouço institucional
Ferramentas/projetos climáticos locais

Conteúdo: "Destacada como uma das principais fontes de emissões de GEE e poluentes atmosféricos nas cidades, o tema de eficiência energética foi a pauta central do XVI Encontro Nacional do Fórum CB27, realizado entre os dias 14 e 16 de abril, em Florianópolis, capital de Santa Catarina. 'Considerando que as cidades, hoje, concentram a maior quantidade de emissões provenientes do setor de energia, puxadas principalmente pelo consumo de energia em transportes e edificações, as cidades devem adotar soluções para ampliar a eficiência energética e garantir a qualidade do ar de maneira ampla e rápida', declararam os 15 secretários municipais de meio ambiente e representantes na Carta de Florianópolis, publicada ao final do encontro."

3.20. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NAS CIDADES SERÁ PAUTA PRIORITÁRIA DE 2019, DECLARA O FÓRUM CB27, 2019

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Ferramentas/projetos climáticos locais

Conteúdo: "Durante o evento foram entregues os reconhecimentos da categoria de "Gerenciamento" relacionado ao questionário do CDP Cities no ciclo de 2018, aos representantes da Prefeitura de Curitiba, Prefeitura do Rio de Janeiro e Prefeitura de Belo Horizonte (recebido por Rodrigo De Oliveira Perpétuo, Secretário Executivo do ICLEI América do Sul)."

3.21. XVIII ENCONTRO NACIONAL DO CB27 - SÃO PAULO, 2020

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Ferramentas/projetos climáticos locais

Conteúdo: "A reunião apresentou os resultados de 2019, contanto com a compilação de reportes de 13 Inventários de GEE (Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Recife, Aracaju, Florianópolis, Palmas, Porto Velho, São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória, João Pessoa), nove Análises de Vulnerabilidade (Belo Horizonte, Fortaleza, Curitiba, Palmas, Rio Branco, Teresina, São Paulo, Vitória, Rio de Janeiro) e ainda quatro Planos de Ação (Fortaleza, Palmas, Vitória, Rio de Janeiro)."

3.22. DIÁLOGO VIRTUAL DO CB27, 2020

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Ferramentas/projetos climáticos locais

Conteúdo: "O encontro do Fórum CB27 ainda discutiu atividades para o ano de 2020 e os próximos passos da entidade, como a atualização do cadastro das unidades de conservação no Ministério do Meio Ambiente, o reforço na agenda das áreas verdes urbanas, a inclusão de ações na plataforma Cities With Nature e as ações pela biodiversidade nas capitais, entre outras. "

3.23. XIX ENCONTRO NACIONAL DO CB27, 2020

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Arcabouço institucional
Trocas de experiências/políticas públicas
Ferramentas/projetos climáticos locais

Conteúdo: "O XIX Encontro Nacional do Fórum CB27 foi realizado no dia 9 de dezembro de 2020 e fez um balanço das conquistas obtidas pelos governos locais no âmbito dos acordos globais sobre sustentabilidade, reforçando a importância da continuidade da articulação entre as secretarias de meio ambiente das capitais brasileiras, levando-se em conta o contexto de transição política vivenciado por algumas Prefeituras. [...] O Encontro Nacional também foi palco de uma reflexão sobre os próximos passos do Fórum CB27. Um olhar para o cenário pós-pandemia, voltado para resiliência e recuperação verde, foi destaque entre os debates, assim como estratégias de internacionalização do CB27 e a apresentação do Novo Acordo pela Natureza e para as Pessoas (ND4NP), agenda ambiental internacional que marca a rota dos governos locais para a COP15 de Biodiversidade. 'Precisamos internalizar os aprendizados e olhar para o futuro', indica Ana

Carolina Abreu, coordenadora de projetos da Fundação Konrad Adenauer. 'Temos questões urgentes a serem resolvidas, e as cidades estão na linha de frente do enfrentamento aos desafios impostos ao clima e também à democracia.' Para Rodrigo Perpétuo, secretário executivo do ICLEI América do Sul, 2020 foi um ano extremamente difícil e desafiador, mas caminha para um encerramento com uma sensação de superação coletiva. "Tivemos resultados muito além do que poderíamos pensar quando o cenário da pandemia se iniciou", observa. 'Destacamos a internacionalização do CB27 na modalidade virtual. As atividades internacionais nos apontam caminhos, e trabalharemos para que elas sejam mais constantes.' Fazer com que o Fórum tenha ainda mais impacto nos territórios, dando suporte à plataforma de incidência dos secretários das capitais brasileiras, deve constar também entre os objetivos para o próximo ciclo, de acordo com Rodrigo Corradi, gerente de Relações Institucionais e Advocacy do ICLEI América do Sul. 'Mesmo em um ano com adversidades, o CB27 avançou em diversos pontos, tendo como base a ideia de que a articulação coletiva é prioritária para melhorarmos o mundo', afirma Corradi. 'O Bandeira Verde demonstra claramente que a troca de experiências é uma fortaleza contínua desse Fórum', encerra."

Indicador 4. Forma como a proteção do clima é enquadrada

4.1 ENCONTRO REGIONAL DO FÓRUM CB27, 2015

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Questões econômicas
Ferramentas/projetos climáticos locais

Conteúdo: "Eugênio Pantoja da Conservação Internacional expôs os desafios e papel dos municípios para o desenvolvimento da Amazônia. A região amazônica é o maior território no Brasil, com mais de 700 cidades que são precariamente interligadas. Além disso, poucas cidades possuem capacidade técnica para estruturar e coordenar questões complexas. As atividades econômicas estão mais concentradas em Manaus e Belém. Entre os desafios econômicos estão a criação de alternativas de produtividade local e o incentivo ao empreendedorismo. Já os desafios ambientais são um planejamento urbano e rural integrado e o incentivo à educação ambiental. E no âmbito político um dos maiores desafios é a implementação de políticas de longo prazo. Ana Euler, pesquisadora da EMBRAPA expôs em sua apresentação a importância do REDD para o desenvolvimento da Amazônia. REDD é a sigla para Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal. Segundo o conceito adotado pela Convenção de Clima da ONU, se refere a um mecanismo que permite a remuneração daqueles que mantêm suas florestas em pé, sem desmatar, e com isso, evitam as emissões

de gases de efeito estufa associadas ao desmatamento e degradação florestal. Posteriormente a criação deste conceito, a Convenção incluiu na sua definição também atividades de conservação, manejo sustentável das florestas e aumento de seus estoques em países em desenvolvimento. Estes componentes deram origem ao REDD+ ou REDD plus. Segundo a pesquisadora, o REDD é uma grande oportunidade para a Amazônia."

4.2. COMO FOMENTAR PRÁTICAS ECONÔMICAS MAIS SUSTENTÁVEIS NAS CIDADES BRASILEIRAS?, 2016

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Questões econômicas
Ferramentas/projetos climáticos locais

Conteúdo: "O encontro da região centro-oeste ocorreu no Centro Sebrae de Sustentabilidade, a unidade de referência nacional do Sebrae sobre o tema da sustentabilidade. Inaugurado em 2010, promove a geração e disseminação de conhecimentos em sustentabilidade aplicada aos pequenos negócios. O papel do centro é mapear inovações, técnicas e práticas sustentáveis no Brasil e no mundo, formular conteúdos exclusivos e mostrar aos empresários que é possível ser mais rentável, reduzindo impactos no meio ambiente e contribuindo para um desenvolvimento social mais justo. Logo o centro fez parte de uma das primeiras exposições do encontro, que demonstrou os novos conceitos de construção utilizados no desenvolvimento da instalação. ICLEI e CDP, parceiros de longa data do CB27, apresentaram ferramentas de capacitação que podem ser utilizadas pelas cidades, em especial as equipes de gestão ambiental, tais como capacitações e webinars gratuitos. O secretário de meio ambiente e desenvolvimento Urbano de Cuiabá, Alan Porto, expôs como a utilização de um sistema de gestão online mais moderno contribui para um aumento de 49% do licenciamento na Cidade. Além dele, os secretários da região centro-oeste também apresentaram os projetos ambientais que vem sendo realizados em suas capitais. Para completar as discussões de inspiração prática, os secretários visitaram o Parque noturno Tia Nair e o Projeto Porto Cuiabá."

4.3. ALTERNATIVAS PARA ESCASSEZ FINANCEIRA E DEFESA DA AUTONOMIA DE MUNICÍPIOS PAUTAM X ENCONTRO NACIONAL DO CB27, EM BRASÍLIA, 2017

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Questões econômicas
Interação/cooperação multinível

Conteúdo: "Profundas reformas em setores estruturantes da Economia, como Previdência e Tributação, além da revisão de procedimentos de

licenciamento e fiscalização ambiental, podem oferecer retrocessos à autonomia dos municípios em setores vitais para a elaboração de políticas ambientais', declarou a Carta de Brasília pela Sustentabilidade, assinada pelos 27 Secretários e representantes presentes. 'Percebemos um desequilíbrio no Pacto Federativo, no qual os municípios não têm amplo acesso às oportunidades de financiamento, em especial para a área ambiental', afirmaram os signatários, mencionando exemplos como o Projeto de Lei 3.729/04, que modifica a competência de órgãos municipais no processo de licenciamento para 'implantação, ampliação e operação de empreendimento potencialmente causador de degradação do meio ambiente', e projetos de revisão do licenciamento ambiental que estão em tramitação no Congresso Nacional. O CB27 somou seu apoio à campanha nacional promovida pela ANAMMA contra o Projeto de Lei 3.729/04 e a redução da autonomia dos municípios na gestão ambiental."

4.4. DESCENTRALIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA AS CAPITAIS BRASILEIRAS, 2017

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Questões econômicas
Interação/cooperação multinível

Conteúdo: "As discussões giraram em torno dos desafios do licenciamento ambiental municipal, em especial no atual cenário brasileiro de possíveis retrocessos nessa matéria. Nesse âmbito, o CB27, conjuntamente com a ANAMMA - Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente desde o último encontro nacional em Brasília, se posiciona contra o Projeto de Lei 3.729/04. Esse projeto alteraria a competência de órgãos municipais no processo de licenciamento para 'implantação, ampliação e operação de empreendimento potencialmente causador de degradação do meio ambiente'."

4.5. DESCENTRALIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA AS CAPITAIS BRASILEIRAS, 2017

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Questões econômicas
Trocas de experiências/políticas públicas

Conteúdo: "Outros temas que surgiram foram as dificuldades com a burocracia dos processos de licenças, atritos entre instituições de diferentes níveis governamentais e a complexidade de implantação de projetos de infraestrutura. O encontro contou ainda com a apresentação do Policy Paper "A Região Amazônica sob a perspectiva da Economia Social de Mercado", oportunidade única de levar para todas as capitais a discussão sobre o desenvolvimento econômico da Amazônia como ponto de partida."

4.6. DIÁLOGO VIRTUAL DO CB27, 2020

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Questões econômicas
Ferramentas/projetos climáticos locais
Interação/cooperação multinível

Conteúdo: "O Fórum CB27 realizou, no dia 13/05, um webinar em que foi discutida a geração de empregos verdes como solução para a retomada econômica pós-pandemia da Covid-19. O encontro virtual reuniu secretários de meio ambiente (ou representantes da secretaria) de 23 capitais brasileiras, que tiveram a oportunidade de dialogar com Terry Tamminen, ex-secretário do Meio Ambiente da Califórnia (EUA). Em 2008, o jornal The Guardian colocou Tamminen no primeiro lugar em uma lista de 50 pessoas que poderiam salvar o planeta. [...] Ao pontuar que os recursos da Terra são limitados, Tamminen citou o que considera um ponto-chave para um planeta sustentável: eliminar o desperdício em todas as esferas da vida. E, nesse âmbito, a discussão sobre o destino de resíduos sólidos é fundamental. Ao analisarem com mais eficácia o volume dos resíduos, as cidades perceberão que ele pode ser uma nova matéria prima para a indústria e geração de empregos, utilizando soluções tecnológicas produtivas. 'A tecnologia moderna pode converter até 90% dos resíduos em mercadorias que podem voltar ao comércio', afirmou. 'Podemos imaginar um mundo sem resíduo? Sim! Devemos criar muitos empregos locais na indústria de reciclagem de resíduos. É preciso que essa ideia seja atrativa para os governos locais.' O ex-secretário do Meio Ambiente da Califórnia acredita que, passada a emergência gerada pela pandemia da Covid-19, a sociedade terá uma nova abordagem em relação à natureza. 'Os céus e as águas estão mais limpos. A natureza está revivendo em todo o mundo. Essas mudanças estão sendo analisadas gradualmente, mas se nossas soluções forem precipitadas não teremos bons resultados. A verdade é que o mundo pode ser mais limpo e ninguém vai querer regressar a situação anterior. Trata-se de uma grande oportunidade para termos a opinião pública conosco.' Em sua visão, os governos devem traçar estratégias e criar incentivos para a consolidação de uma economia verde. Citou exemplos, como o incentivo para pessoas instalarem painéis solares nos telhados e um benefício estatal para cidadãos que queiram trocar de geladeira, gerando não apenas o aumento das vendas como também um crescimento da eficiência energética."

4.7. GESTÃO AMBIENTAL NA ALEMANHA É TEMA DE ENCONTRO DO FÓRUM CB27, 2020

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Questões econômicas
Ferramentas/projetos climáticos locais
Interação/cooperação multinível

Conteúdo: "Dando prosseguimento aos debates temáticos entre Secretários e Secretárias Municipais de Meio Ambiente das 27 capitais brasileiras, o Fórum CB27 realizou, na última terça-feira (28/07) o II Diálogo Virtual. O encontro contou com a participação da Secretária do Meio Ambiente, Agricultura, Conservação e Defesa ao Consumidor do Estado de Nordrhein-Westfalen (Alemanha), Ursula Heinen-Esser, que apresentou práticas inspiradoras em gestão ambiental e no enfrentamento à crise causada pela pandemia da Covid-19. A Secretária compartilhou os principais desafios enfrentados pelo Estado e as soluções encontradas para superá-los. Heinen-Esser pontuou que a drástica redução das emissões de gases de efeito estufa que a Alemanha vivencia atualmente, devido à queda do trânsito de pessoas e veículos e à paralisação das indústrias, custou muito caro e foi pouco sustentável, já que o preço pago para tanto foi a pior recessão alemã desde a Segunda Guerra Mundial. 'A ameaça à vida trouxe outros desafios. Questões ambientais, como a defesa da biodiversidade e do clima, passaram ao segundo plano', observou. 'Neste momento, estamos retomando essa pauta, e há um debate intenso sobre o quanto estes dois temas estão relacionados à pandemia.'

A Secretária reafirmou o compromisso assumido pelo Green New Deal, que estabelece um roteiro para que a União Europeia seja mais sustentável, visando a neutralidade de emissões até 2050. Junto à Lei de Defesa do Clima, o pacote é o referencial para a recuperação econômica na Alemanha, aproveitando a grande oportunidade para conciliar economia com ecologia. 'Temos uma grande oportunidade para conciliar economia com ecologia', afirmou. Como exemplo, citou um movimento pioneiro na indústria automobilística, em que o governo federal adota incentivos fiscais apenas para veículos elétricos. 'Para os estados alemães está muito claro que deve-se fazer a recuperação econômica de forma sustentável', reforçou a Secretária. O Secretário do Rio de Janeiro e Coordenador Nacional do CB27, Bernardo Egas, destacou que a capital brasileira é irmã da cidade de Colônia, uma das maiores do Estado de Nordrhein-Westfalen, parceria que já viabilizou um projeto de compostagem e de poda de árvores financiado pela cidade alemã. Ele também chamou atenção para o papel dos governos locais na reconstrução pós-crise, para que tenham participação mais ativa e se mantenham em contato com governos que estão mais à frente nesta pauta."

Indicador 5. Vontade política de agir

5.1. Carta Rio pela Sustentabilidade, 2012

Tipo de documento: Carta de posicionamento

Índice: Arcabouço institucional
Trocas de experiências/políticas públicas
Ferramentas/projetos climáticos locais

Conteúdo: "COMPROMETE-SE

1. A difundir e apoiar a adesão a programas de cidades sustentáveis que ofereçam ferramentas à sociedade para sinalizar a seus governantes o futuro que se deseja e o acompanhamento dos desempenhos das cidades, na busca da sustentabilidade;
2. A assumir o compromisso voluntário de organizar um banco de tecnologias sociais, ambientais e econômicas para a sustentabilidade das cidades brasileiras, reunindo em um espaço virtual as iniciativas em curso que demonstrem de maneira específica, mensurável e verificável o que os governos locais vêm fazendo em prol do desenvolvimento sustentável a fim de incrementar a visibilidade das ações e permitir a sua replicabilidade;
3. A redobrar esforços para que a educação ambiental seja tratada como elemento fundamental para a construção de uma sociedade sustentável, incorporando conhecimentos para a revisão de atitudes e valores;
4. Em buscar o estabelecimento, junto aos comunicadores de massa, de um pacto positivo para a sustentabilidade;
5. Em fomentar projetos de infraestrutura verde visando a uma melhor integração entre o ambiente natural e o construído;
6. Em formular os estudos técnicos necessários ao planejamento de iniciativas dos municípios, tais como inventários de emissões de GEE, mapas de vulnerabilidade e inventários de biodiversidade urbana;
7. A estabelecer encontros bianuais, a serem realizados em uma capital previamente determinada pelo CB-27;"

Índice: Questões econômicas
Interação/cooperação multinível

Conteúdo: "RECOMENDA

Às Nações Unidas e aos governos nacionais, por ocasião da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável que:

1. Seja apoiada a inclusão no documento final da Conferência de janelas de oportunidade e instrumentos de implementação para uma urbanização sustentável;
2. Uma vez estabelecidos os Objetivos de Sustentabilidade do Milênio que, entre eles, seja incluído o Objetivo de Desenvolvimento Urbano Sustentável;

3. Seja criada no âmbito das Nações Unidas plataformas virtuais abertas para disponibilizar informações sobre a sustentabilidade integrando sistemas de comunicação internacionais e nacionais que apoiem os sistemas locais de comunicação;

4. Seja conferido ao Sistema das Nações Unidas uma estrutura de governança para o Desenvolvimento sustentável que equilibre o pilar ambiental com suas estruturas econômica e social;

Ao governo brasileiro que:

1. Seja estabelecido um Pacto Federativo pela sustentabilidade que disponha sobre as responsabilidades de cada ente federado e preveja os recursos necessários à sua implementação, incluindo a criação de fundos financeiros alavancados por meio da operação de produtos e serviços não sustentáveis;
2. Estimulem os financiamentos públicos que contemplem critérios de sustentabilidade nos empreendimentos."

5.2. 2º ENCONTRO DE SECRETÁRIOS DE MEIO AMBIENTE DAS CAPITAIS BRASILEIRAS, 2013

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Arcabouço institucional
Trocas de experiências/políticas públicas
Interação/cooperação multinível

Conteúdo: "Foram apresentados e discutidos problemas e tentativas de solução nas diferentes cidades. Um dos aspectos é a valorização das políticas para o meio ambiente junto à administração municipal; outro aspecto é a interação com as demais secretarias na estrutura municipal para questões como, por exemplo, eliminação do lixo, construção de casas e planejamento do trânsito. Esse tipo de integração possibilitaria a criação de espaços urbanos sustentáveis com medidas de redução das emissões de CO₂ e adaptação às mudanças climáticas. Com a criação dessa plataforma, as secretarias pretendem implementar uma voz conjunta e melhorar a consideração do governo federal para com as secretarias municipais."

5.3. CARTA DE PORTO ALEGRE PELA GOVERNANÇA NAS CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2013

Tipo de documento: Carta de posicionamento

Índice: Trocas de experiências/políticas públicas

Conteúdo: Durante a cerimônia de assinatura do Protocolo de Intenções entre a Prefeitura do Rio de Janeiro, a Prefeitura de Porto Alegre e o Instituto Latino Americano de Desenvolvimento Econômico Sustentável (ILADES), ocorrido

em 14 de dezembro de 2012, visando ao apoio técnico da Secretaria de Meio Ambiente do cidade do Rio de Janeiro para a implantação da Política Climática de Porto Alegre e, diante dos avanços nos projetos e atividades sustentáveis realizados pela Prefeitura de Porto Alegre, o secretário de Meio Ambiente de Porto Alegre, Luiz Fernando Záchia, com o apoio do secretário de Meio Ambiente da cidade do Rio de Janeiro, Carlos Alberto Muniz, se prontificou a organizar e sediar o 2º ENCONTRO DOS SECRETÁRIOS DE MEIO AMBIENTE DAS CAPITAIS BRASILEIRAS na Capital gaúcha, em abril de 2013, com o apoio do ILADES e da Fundação Konrad Adenauer.

5.4. V ENCONTRO NACIONAL DO CB27, 2014

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Interação/cooperação multinível

Conteúdo: "O Ministro Everton Lucero sublinhou a importância do fórum CB27 como um canal de comunicação das cidades com o governo brasileiro. O diálogo com as 27 capitais é essencial para implementar os compromissos assumidos pelo Brasil nas negociações internacionais. Pressuposto, a fim de representar a posição do país, pode estar ciente das possibilidades e necessidades das cidades."

5.5. JORNADA NACIONAL: CIDADES AVANÇAM NO ENFRENTAMENTO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS, 2014

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Arcabouço institucional
Questões econômicas
Trocas de experiências/políticas públicas
Ferramentas/projetos climáticos locais
Interação/cooperação multinível

Conteúdo: "Documento de acordo entre os Secretários participantes do CB27, a Carta de Belo Horizonte coloca uma série de compromissos de ação para as cidades, que incluem o empenho conjunto pela construção de uma linha de financiamento na área de monitoramento e avaliação junto ao Fundo Nacional de Mudanças do Clima; que todas as capitais terão até a COP21 da CQNUMC seus inventários de emissão de gases de efeito estufa, bem como suas ações para mitigação e adaptação reportadas em plataforma global; que seguirão buscando o aprofundamento dos laços com os governos estaduais e federal; e que o CB27 adere ao processo global do Mapa do Caminho dos Governos Locais pelo Clima, a fim de acompanhar e contribuir com as discussões internacionais sobre mudanças climáticas desde a perspectiva dos governos locais."

5.6. VI ENCONTRO NACIONAL DO CB27 EN NATAL, 2015

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Interação/cooperação multinível

Conteúdo: “Marcelo Rosado, secretário de meio ambiente de Natal e anfitrião do encontro, deu as boas vindas e em sua fala inicial ressaltou a superação em número de secretários presentes: 15 secretários de meio ambiente e 7 representantes, em um total de 23 capitais representadas no encontro de Natal. Em seguida José Mairton França, secretário de recursos hídricos do Rio Grande do Norte, comentou que à época da criação do Fórum das capitais brasileiras, houve uma discussão se a criação de outro Fórum de cidades como esse não esvaziaria outros anteriormente criados, como a Associação Nacional de órgãos municipais de meio ambiente, a Anamma. Porém essa impressão se mostrou equivocada, e ficou claro que ambas as instituições tem que se fortalecer conjuntamente. O secretário também afirmou que se faz necessário fortalecer e integrar as instituições municipais, porque assim, consequentemente também se fortalece a gestão ambiental das cidades como um todo. Ainda em referência a Anamma, o atual Presidente da instituição, Rogério Menezes, também participou do encontro. Na semana passada a instituição realizou o seu 24º Encontro em Campinas, e Rogério afirmou a vontade de todos na construção de novos rumos para a Anamma. E encerrou sua fala afirmando que devemos focar em dois pontos principais na agenda da gestão ambiental: Financiamento SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente Sisnama e capacitação técnica.”

5.7. 14º ENCONTRO REGIONAL DO CB27 EM FORTALEZA, 2016

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Arcabouço institucional
Trocas de experiências/políticas públicas

Conteúdo: “Nelson Moreira Franco, Secretário Executivo do Fórum, ressaltou a importância da troca de experiência e das apresentações dos casos bem sucedidos, com o fim de incentivar as cidades a criar um novo modelo de desenvolvimento sustentável. Segundo ele, o CB27 institucionaliza a vontade política de integração das cidades brasileiras. Jussara Carvalho, Secretária Executiva do ICLEI, enfatizou que, no quadro da reunião da COP21, as capitais brasileiras desenvolvem um papel de primeira importância na definição de políticas globais de luta contra os efeitos das mudanças climáticas e na combinação entre as políticas nacionais e estaduais.”

5.8. COOPERAÇÃO ENTRE MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUNICÍPIOS É FUNDAMENTAL PARA FINANCIAR POLÍTICAS PÚBLICAS, 2016

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Interação/cooperação multinível

Conteúdo: “No dia 11 de agosto de 2016, uma delegação com representantes de 14 capitais do CB27 se reuniu com José Sarney Filho, Ministro de Meio Ambiente. Os secretários de meio ambiente de várias capitais brasileiras destacaram a necessidade de uma maior cooperação entre o ministério federal e os municípios a fim de poder financiar políticas públicas neste setor tão decisivo para o desenvolvimento futuro do país.

“O apoio institucional, por parte do Ministério, ao CB27 é uma demanda minha”, destacou o ministro Federal do meio ambiente, José Sarney Filho, em reunião com a Coordenação do Fórum Nacional dos Secretários de Meio Ambiente das Capitais (CB27), no dia 11 de agosto em Brasília/DF. Esta foi a primeira reunião do Fórum com a presença do ministro. Na ocasião, o CB27 apresentou ao ministro uma pauta com quatro itens prioritários para continuidade das políticas públicas de meio ambiente nos municípios: abertura de um canal permanente de diálogo com o MMA; fortalecimento dos Fundos Ambientais (Clima e Meio Ambiente); implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, no que diz respeito à logística reversa; e fortalecimento no apoio institucional para atender a plena municipalização da Gestão Ambiental.”

5.10. TRANSIÇÃO POLÍTICA MARCAS OS NOVOS DESAFIOS DO CB27, 2016

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Trocas de experiências/políticas públicas

Conteúdo: Reunidos em grupos de trabalho, separados por região, os gestores tiveram a oportunidade de trabalhar em dois documentos: um que avaliava o CB27 e outro no qual deveria ser apresentado como o fórum contribuiu efetivamente para suas respectivas cidades. Após a atividade, os secretários apresentaram o resultado compilado para todos. Esse processo possibilitou uma discussão abrangente e participativa a partir da perspectiva dos membros do fórum. Alguns dos resultados destacados foram: implementação de alvarás automáticos e licenciamento digital (Fortaleza e Campo Grande), planos de arborização (Macapá e Maceió), comitê de mudanças climáticas (Porto Velho), Estações de reciclagem (Maceió) entre outros.

5.11. CONTRIBUIÇÕES AO DOCUMENTO-BASE PARA SUBSIDIAR OS DIÁLOGOS ESTRUTURADOS SOBRE A ELABORAÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO E FINANCIAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO NACIONALMENTE DETERMINADA DO BRASIL AO ACORDO DE PARIS, 2017

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Interação/cooperação multinível

Conteúdo: Todo o conteúdo deste documento é relevante para a análise.

5.12. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CB27, 2017

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Arcabouço institucional
Interação/cooperação multinível

Conteúdo: Os secretários presentes no encontro de Campinas tiveram a oportunidade de acompanhar discussões paralelas e igualmente realizar reuniões bilaterais no primeiro dia do evento. O Fórum recebeu a grata notícia de que o CB27 foi convidado a participar das reuniões da comissão Tripartite do Ministério do Meio Ambiente. A Comissão Tripartite é uma articulação institucional promovida pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA para garantir a ação compartilhada dos órgãos ambientais dos três níveis de governo – União, Estados e Municípios. O principal foco é garantir a eficiência da execução das políticas ambientais, além de ser um fórum que procura dirimir conflitos de competência no licenciamento ambiental e otimizar ações de fiscalização no combate aos crimes ambientais, dentre outras.

5.13. PARTICIPAÇÃO DO CB27 NA SEMANA DO CLIMA DA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 2019

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Arcabouço institucional
Interação/cooperação multinível

Conteúdo: “Aproveitando a oportunidade de integrantes do Fórum CB27 estarem reunidos em Salvador (BA), para a Semana do Clima da América Latina e Caribe (LACCW), realizada entre os dias 19 a 23 de agosto, a Fundação Konrad Adenauer e o ICLEI-Governos Locais pela Sustentabilidade apoiaram a delegação durante o evento e promoveram uma assembleia do grupo. Na tarde da quarta-feira (21), um encontro especial reuniu integrantes do Fórum de Secretários de Meio Ambiente das Capitais Brasileiras - CB27 e a Comissão Técnica do Clima da ABEMA (Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente). Foi um rico momento que visou oportunizar sinergias e posicionamentos conjuntos.”

5.14. ENCONTRO DO CB27 DISCUTE LEGISLAÇÕES AMBIENTAIS DE CURITIBA E PORTO ALEGRE, 2020

Tipo de documento: Ata de reunião

Índice: Arcabouço institucional
Trocas de experiências/políticas públicas

Conteúdo: “No dia 8 de outubro, o CB27 realizou uma reunião de trabalho sobre Legislações Ambientais, que contou com apresentações realizadas pelas pastas de meio ambiente e sustentabilidade de Curitiba e Porto Alegre. Virtual, o encontro buscou promover a troca de experiências entre as capitais brasileiras e apoiou a construção de um Hub de Legislações do CB27, que será lançado em breve. A reunião contou com apresentações a respeito da Política Municipal de Logística Reversa de Porto Alegre e sobre a instalação da CGH Nicolau Klüppel no Parque Birigui, em Curitiba.”



Fundação Konrad Adenauer

Rua Guilhermina Guinle, 163 • Botafogo • CEP: 22270-060 • Rio de Janeiro, RJ • Brasil
Tel: (+55/21) 2220-5441 • Fax: (+55/21) 2220-5448

www.kas.de/brasil

 KAS.brasil  KASBrasil  KASBrasil